

Boletim de **Conjuntura da Bahia**

2º TRIMESTRE DE 2025

Boletim de **Conjuntura da Bahia**

2º TRIMESTRE DE 2025



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues Souza

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
DA BAHIA – SEI

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA (DISTAT)

Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE PESQUISAS (DIPEQ)

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
(CAC) (COORDENAÇÃO GERAL)

Arthur Souza Cruz Júnior

COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIAIS (COPES)

Lucigleide Nery Nascimento

COORDENAÇÃO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS
PÚBLICAS (COREF)

João Paulo Caetano Santos

ELABORAÇÃO TÉCNICA

**Luiz Mário Ribeiro Vieira (Cenário
Internacional, Nacional e Estadual)**

**Carla Janira Souza do Nascimento
(Agricultura e Produção Industrial)**

Elissandra Alves de Britto (Comércio Varejista)

Rosângela Conceição (Serviços e Turismo)

**Arthur Souza Cruz Junior, Luciano Bruno
Sena Neves e Kailan Matos Pereira (Comércio
Exterior)**

**Gabriel Oliveira Barbosa e Marília Jane
Dourado Campos (Finanças Públicas)**

**João Paulo Caetano Santos, Denis Veloso e
Carol Vieira (Produto Interno Bruto)**

**Luiz Fernando Araújo Lobo (Mercado de
Trabalho)**

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto

**Maria Margarete de Carvalho Abreu
Perazzo**

NORMALIZAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
(SEI)

Marília Reis

EDITORIA-GERAL (SEI)

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL (SEI)

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO

Ludmila Nagamatsu

DESIGN GRÁFICO (SEI)

Vinícius Luz Assunção

REVISÃO ORTOGRÁFICA

2Designers

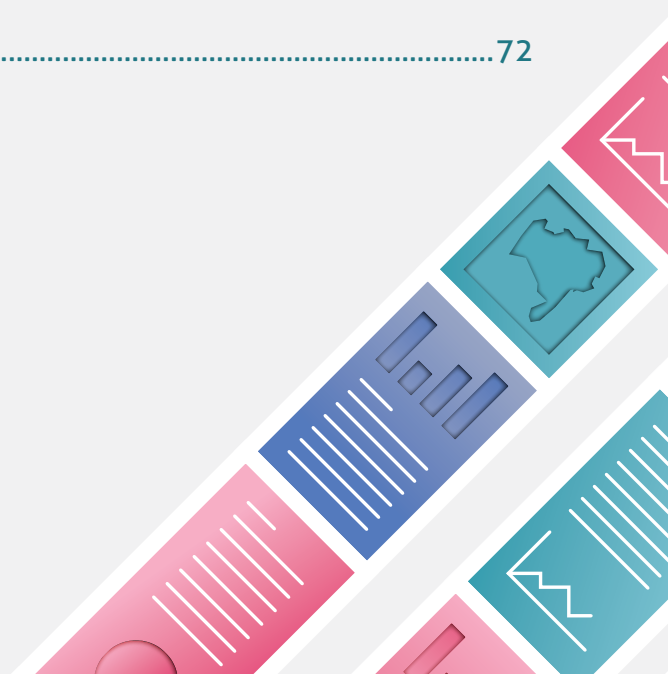
EDITORAÇÃO

Alderlan Oliveira

SUMÁRIO



Panorama Internacional, Nacional e Estadual.....	5
Cenário internacional	5
Cenário nacional.....	10
Cenário estadual.....	17
Agropecuária.....	21
Outras lavouras permanentes e temporárias.....	23
Pecuária	25
Produção Industrial.....	26
Comércio Varejista	31
Serviços.....	37
Turismo.....	41
Comércio Exterior	46
Importação	53
Finanças Públicas.....	56
Cenário internacional: instabilidade e desafios.....	56
Brasil – abordagem gradualista em direção à consolidação fiscal.....	57
Bahia – sinais de desaceleração e política anticíclica.....	61
Salvador	64
Produto Interno Bruto (PIB)	66
PIB em valor corrente	66
2º trimestre 2025 / 2º trimestre 2024	67
1º semestre 2025 / 1º semestre 2024	69
Mercado de Trabalho.....	72



Panorama Internacional, Nacional e Estadual

Luiz Mário Ribeiro Vieira
lmario@sei.ba.gov.br

Cenário Internacional

A economia mundial atravessa um período de imprevisibilidade e incerteza após uma série de novas medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos, que elevaram as tarifas efetivas a níveis não vistos em um século. A reação dos seus principais parceiros comerciais, por meio de medidas retaliatórias, representa um grande choque negativo significativo para o crescimento das maiores economias nos próximos trimestres.

A elevação das tarifas deve trazer uma mudança relevante no nível de preços dos produtos importados pelos EUA. As consequências são potencialmente severas em preços, custos e planos de compras e investimentos em todo mundo.

Os dados do segundo trimestre ainda não registraram de maneira efetiva essa mudança brusca na política econômica americana. Portanto, em boa parte, ainda não sofreram os impactos das medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos, devendo aparecer de maneira mais evidente no resultado do PIB do segundo semestre, em razão dos adiamentos da entrada em vigor das medidas tarifárias.

A China apresentou o melhor resultado do PIB do 2º trimestre de 2025 entre as maiores economias. Os Estados Unidos voltaram a crescer após a retração no primeiro trimestre. A zona do euro cresceu acima do esperado e o Japão também cresceu. A seguir, são destacados os fatores que contribuíram para o desempenho do PIB destes países ou regiões, levando em consideração aspectos conjunturais que impactaram as referidas taxas nos Estados Unidos, China, zona do euro e do Japão, além de previsões para 2025 e 2026.

A economia da China desacelerou menos do que o esperado no segundo trimestre, em uma demonstração de resiliência contra as tarifas dos Estados Unidos. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês atingiu 5,2% no segundo trimestre, informou o National Bureau of Statistics (NBS). O crescimento observado no primeiro semestre foi puxado pelo movimento de antecipação de exportações, para driblar as tarifas aplicadas sobre Pequim e o aumento dos gastos fiscais, bem como a política agressiva do governo chinês de diversificação dos mercados destinos das suas exportações. Na comparação trimestral, o PIB cresceu 1,1% no segundo trimestre, diante de uma previsão de aumento de 0,9% e um ganho de 1,2% no trimestre anterior.

O número está alinhado às previsões feitas por analistas, que estimavam um crescimento em torno de 5,2% para a economia chinesa nesse período. A economia da China, porém, terá um

desafio para manter essa taxa de crescimento. Analistas preveem que o impacto da guerra tarifária deverá ser sentido com mais força nos números do segundo semestre.

Para evitar um crescimento abaixo de 5,0%, o governo chinês aumentou os gastos com infraestrutura e os subsídios ao consumidor, juntamente com afrouxamento monetário. Em maio, o Banco Central cortou as taxas de juros e injetou liquidez como parte dos esforços para amortecer a economia do impacto das tarifas do presidente dos EUA, Donald Trump.

Dados separados sobre a atividade de junho destacaram a pressão sobre os consumidores. Embora a produção industrial tenha aumentado 6,8% em junho, em relação ao ano anterior – o ritmo mais rápido desde março –, o crescimento das vendas no varejo desacelerou para 4,8%, em comparação com 6,4% em maio, atingindo o nível mais baixo desde janeiro-fevereiro. À medida que os efeitos adversos da guerra comercial surgem, a economia chinesa deverá seguir em ritmo de desaceleração nos próximos meses. Os investidores estão atentos a sinais de novos estímulos na próxima reunião do Politburo, prevista para o final de julho, que provavelmente definirá a política econômica para o restante do ano.

O crescimento econômico dos Estados Unidos se recuperou mais do que o esperado no segundo trimestre. O Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa anualizada de 3,0% no segundo trimestre, de acordo com a primeira leitura do indicador, informou o Departamento de Comércio. A economia contraiu a um ritmo de 0,5% no trimestre de janeiro a março, a primeira queda do PIB em três anos.

O dado principal do PIB foi fortemente distorcido pelo comércio, como foi o caso no primeiro trimestre. A corrida para superar as tarifas aumentou as importações no primeiro trimestre, resultando em um déficit recorde no comércio de mercadorias que pesou sobre a economia. Essa tendência se inverteu no segundo trimestre.

O aumento do PIB, no segundo trimestre, refletiu principalmente um avanço nos gastos do consumidor e uma queda nas importações, que são subtraídas do cálculo do PIB. Esses movimentos foram parcialmente compensados por quedas no investimento e nas exportações.

Economistas preveem um crescimento econômico fraco no segundo semestre. Embora a Casa Branca tenha anunciado uma série de acordos comerciais, especialistas disseram que a taxa tarifária efetiva do país continua sendo uma das mais altas desde a década de 1930.

O índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) teve alta de 2,1% no segundo trimestre, após o avanço de 3,7% no primeiro trimestre. O Federal Reserve deve manter sua taxa de juros de referência na faixa de 4,25% a 4,50% até setembro, resistindo à

pressão de Trump para reduzir os custos dos empréstimos, quando deve ocorrer um primeiro corte dos juros em três anos.

Os Estados Unidos vivem hoje um momento de desaceleração econômica após três anos de crescimento robusto, sustentado principalmente pelo consumo das famílias – que representa cerca de 70% do PIB americano.

Se antes o consumo crescia entre 3,0% e 3,5%, no primeiro semestre de 2025 essa taxa caiu para perto de 1,0%, indicando que a fraqueza da economia não se restringiu ao primeiro trimestre, como inicialmente previsto. Economistas preveem um crescimento econômico fraco no segundo semestre.

O crescimento econômico da zona do euro foi melhor do que o esperado no segundo trimestre, sugerindo que as empresas estão se adaptando à incerteza comercial com os Estados Unidos. O PIB das 20 nações que compartilham o euro cresceu 0,1% no segundo trimestre contra o primeiro (0,6%), segundo dados do Eurostat. Isso representa uma desaceleração em relação ao crescimento registrado pela zona do euro no primeiro trimestre do ano, mas é melhor do que a leve contração prevista pelos economistas. Em comparação com o segundo trimestre do ano anterior, a economia do bloco expandiu 1,4%, acima das expectativas de 1,2%.

Os dados apontam forte desaceleração em comparação com a expansão de 0,6% no primeiro trimestre, mas esse número foi distorcido pelas empresas norte-americanas que anteciparam as importações antes da entrada em vigor das novas tarifas, e não refletiu a força econômica real da zona do euro. Os países que se destacaram foram Espanha, França e Irlanda, com desempenho acima das expectativas, compensando a fraqueza da Alemanha e da Itália. A atividade na Alemanha, a economia mais importante da Europa, diminuiu 0,1% no trimestre, revertendo o crescimento de 0,3% registrado nos primeiros três meses do ano. A economia italiana, também mais exposta do que alguns países às tarifas comerciais, também encolheu 0,1%.

O desempenho do segundo trimestre reforça a leitura de uma economia firme mesmo diante das incertezas comerciais. Dessa forma, a política monetária expansionista do Banco Central Europeu pode ter encerrado o seu ciclo de cortes de juros, uma vez que a inflação se encontra na meta e a atividade segue apresentando resiliência, com menos riscos à frente.

A economia do Japão teve uma expansão anualizada de 1% no segundo trimestre, apontam dados do governo, superando as previsões, embora os analistas esperem que o impacto total das tarifas dos Estados Unidos sobre o crescimento não seja percebido até futuras divulgações. No mesmo período, a alta em relação ao trimestre anterior foi de 0,30%, acima da estimativa dos analistas de 0,10%.

Os investimentos aumentaram 1,3% em relação ao trimestre anterior, indicando um forte apetite corporativo por aportes nos esforços de economia de mão de obra e digitalização. Os gastos do consumidor cresceram 0,2%, impulsionados pela melhora das condições de renda, apesar da persistência da inflação. A demanda externa, ou exportações menos importações, adicionou 0,3 ponto percentual ao crescimento geral do Japão. As exportações de bens permaneceram resilientes em termos reais, já que as montadoras japonesas responderam aos impostos mais altos dos Estados Unidos cortando preços, de acordo com economistas.

A expansão do consumo e das exportações que sustentaram o crescimento do PIB no período pode levar o Banco do Japão a retomar o aumento das taxas de juros e normalizar a política monetária.

As tendências de consumo e salários são fatores-chave monitorados pelo Banco Central japonês para avaliar a força econômica e determinar o momento de sua próxima ação em relação à taxa de juros. Os analistas destacaram que as incertezas econômicas globais, alimentadas pelas tarifas dos EUA, podem pesar sobre a quarta maior economia do mundo na decisão sobre juros nos próximos meses.

Com base nos resultados do segundo trimestre, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para cima as previsões para a economia global, mesmo diante dos efeitos da guerra comercial e das persistentes incertezas no cenário internacional. Segundo o relatório Perspectivas da Economia Mundial de julho (WEO, na sigla em inglês), o crescimento será de 3,0% em 2025 – alta de 0,2 ponto percentual em relação à última estimativa – e de 3,1% em 2026, ante 3,0% projetados em abril. As previsões estão abaixo do resultado de 3,3% para 2024 e da média histórica pré-pandêmica de 3,7%.

A melhora nas previsões se deve a três fatores, segundo o FMI. Primeiro, a antecipação de compras por parte das empresas nos EUA nos primeiros meses do ano, como estratégia para formar estoques antes da entrada em vigor das tarifas americanas em abril, foi mais forte do que o calculado inicialmente, tendo impacto positivo sobre a atividade. Segundo, os acordos negociados pelo governo americano que preveem alíquotas menores do que as impostas no anúncio das “tarifas recíprocas” em 2 de abril. Por fim, o FMI destacou que as condições financeiras globais também estão melhores do que inicialmente previsto, graças à queda de cerca de 8,0% do dólar desde janeiro.

O FMI prevê para as economias avançadas expansão de 1,5% em 2025 e 1,6% em 2026. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a taxa de crescimento do PIB ficou em 4,1% para 2025 e 4,0% para o próximo ano. Na área do euro, espera-se que o crescimento acelere, mas em um ritmo mais gradual do que o previsto em janeiro. Em 2025,

leve alta de 1,0%, e 1,2% em 2026, com as tensões geopolíticas continuando a afetar as políticas de recuperação econômica.

Para as principais economias, como os Estados Unidos, a guerra tarifária não afetou significativamente as previsões de crescimento do PIB. Espera-se expansão de 1,9% em 2025 e 2,0% para 2026. O aumento das tarifas de importação também não afetou significativamente as perspectivas do PIB para a China, que aumentaram em relação a abril para 4,8% em 2025 e 4,2% em 2026. O Japão deve apresentar taxas bem modestas de 0,7% em 2025 e 0,7% em 2026. Para a Índia, as previsões se elevaram para 6,4% em 2025 e 2026.

Com base no mesmo relatório do FMI, a inflação global deverá continuar a cair, recuando para 4,2% em 2025 e 3,6% em 2026. Esse valor permanece praticamente inalterado em relação ao relatório WEO de abril, com as tendências de arrefecimento da demanda e queda dos preços da energia se mantendo. O panorama geral, no entanto, esconde variações nas previsões entre os países. As tarifas, atuando como um choque de oferta, deverão ser repassadas gradualmente aos preços ao consumidor e atingir a inflação no segundo semestre de 2025, principalmente nos Estados Unidos.

O volume do comércio mundial foi revisado para 2,6%, aumento em 0,9 ponto percentual para 2025, e em 2026 para baixo, taxa de 1,9%, queda em 0,6 ponto percentual. A compensação de curto prazo foi proporcionada pela antecipação de alguns fluxos comerciais, em vista da elevada incerteza da política comercial e em antecipação a restrições comerciais mais rígidas.

O crescimento global de 2025 caiu para 2,8% e 3,0% para 2026, abaixo da média histórica (2000-2019) de 3,7%. Assim, ainda que a economia global tenha resistido aos efeitos da guerra tarifária de Trump, a conjuntura está marcada por incertezas causadas pelas alterações constantes da Casa Branca em sua política comercial.

O economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourichas, ressaltou que embora o choque comercial possa ser menos grave do que se temia inicialmente, há cada vez mais evidências de que ele está prejudicando a economia global.

Apesar desses avanços bem-vindos, as tarifas continuam historicamente altas e a política global permanece altamente incerta, com apenas alguns países tendo alcançado acordos comerciais completos. [...] O crescimento global em torno de 3% permanece decepcionantemente abaixo da média pré-covid (Matos, 2025).¹

1 Ver a respeito: MATOS, Fábio. Negócios. Apesar do tarifaço, FMI eleva projeção para crescimento global em 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/apesar-do-tarifaco-fmi-eleva-projecao-para-crescimento-global-em-2025>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Cenário nacional

As pesquisas mensais do IBGE para os principais setores da atividade econômica já indicam uma desaceleração da atividade econômica brasileira no segundo trimestre, embora a geração de empregos continue ainda em ritmo adequado.

Em junho, as pesquisas mensais do IBGE para os principais setores da atividade econômica, apontaram os seguintes resultados: produção industrial, comércio varejista e serviços, quando comparados a junho de 2024, mostraram taxas de -1,3%, 0,3% e 2,8%, respectivamente. Já em relação a maio, livre de influências sazonais, as taxas foram positivas: indústria (1,2%), comércio varejista (-0,1%) e serviços (0,3%).

Esses dados já sinalizam uma leve desaceleração da atividade econômica, mesmo com mercado de trabalho aquecido, com a taxa de desocupação registrando o menor nível da série histórica para esse período, associado com os estímulos ao consumo e ao crédito por parte do governo que devem mitigar os efeitos defasados da política monetária e da inflação.

O setor industrial registrou variação de 0,1% em junho, na comparação com maio, após dois meses consecutivos de queda. Entre abril e maio, o recuo foi de 1,2%. Com esses resultados, a produção industrial se encontra 2,0% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020).

No segundo trimestre, a produção industrial do país avançou 0,5% na comparação com igual período do ano anterior, mantendo a taxa positiva iniciada no quarto trimestre de 2023. No entanto, reduziu o ritmo desde o resultado do primeiro trimestre do ano (2,1%).

Essa desaceleração foi observada em três das quatro grandes categorias econômicas, com destaque para bens de consumo semi e não duráveis (de 1,3% para -5,9%), bens de consumo duráveis (de 11,4% para 5,5%) e de bens de capital (de 4,5% para -1,2%), enquanto bens intermediários (de 1,3% para 3,0%) foi a única categoria com ganho de ritmo mais intenso.

Dos 25 ramos pesquisados, 40% recuaram no 2º trimestre em comparação com igual período de 2024 e 28% desaceleraram em comparação com o resultado do primeiro trimestre do ano, sinalizando um processo de perda de ritmo da produção industrial em curso. No acumulado do primeiro semestre, frente a igual período do ano de 2024, a indústria cresceu 1,2%, com resultados positivos em três das quatro grandes categorias econômicas, 18 dos 25 ramos, 52 dos 80 grupos e 55,8% dos 789 produtos pesquisados.

Uma acomodação na indústria brasileira é esperada para o segundo semestre, diante do “tarifaço” que terá impactos sobre a economia mundial, em linha com a perda de força gradual da economia nacional. A expectativa de economistas é que a indústria brasileira

deve sentir este ano os impactos da alta dos juros, do encarecimento do crédito e da queda na confiança dos empresários.

O comércio varejista foi impactado pela elevação da taxa de juros e da inflação, mesmo com a geração de empregos em todos esses meses do segundo trimestre. Em junho de 2025, o volume de vendas do comércio varejista caiu 0,1%, mantendo o índice no campo da estabilidade pelo terceiro mês consecutivo, após registrarem -0,4% em maio e -0,3% em abril em relação ao mês anterior. Em relação a junho de 2024, o comércio varejista apresentou estabilidade de 0,3%. No segundo trimestre, cresceu 2,4%. No primeiro semestre, o varejo acumulou crescimento de 1,8%. O acumulado nos últimos 12 meses foi a 2,7%.

No comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas caiu 3,0% em junho e o primeiro semestre fechou em 0,5%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

Cristiano Santos, gerente da pesquisa, aponta que essa é uma estabilidade com viés de baixa, pois os três resultados combinados já dão uma distância de -0,8% em relação a março, quando houve a última alta.

No entanto, março foi justamente o fim de um período que levou ao patamar recorde da série histórica. Portanto, um dos fatores para essa queda combinada dos últimos três meses é a base alta de comparação. Outros fatores que também influenciaram são a retração do crédito e a resiliência da inflação, no primeiro semestre, em itens-chave, como a alimentação no domicílio (Pesquisa Mensal do Comércio, 2025).²

No segundo trimestre, cinco atividades tiveram resultados no campo positivo: *Móveis e eletrodomésticos* (2,4%), *Tecidos, vestuário e calçados* (6,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* (3,2%), *Hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (2,4%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (4,0%).

Em relação ao comércio varejista ampliado, o resultado do segundo trimestre de 2025 foi de -0,1% em relação ao segundo trimestre de 2024. Em termos setoriais, *Veículos e motos, partes e peças* apresentou queda de 3,0%, *Material de construção* estabilidade de -0,4% e *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* caiu 6,2% e fechou o trimestre com a maior queda dentre todas as atividades.

2 Ver a respeito: Pesquisa Mensal do Comércio. Vendas no comércio variam -0,1% em junho, terceiro resultado seguido no campo negativo. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44196-vendas-no-comercio-variaram-0-1-em-junho-terceiro-resultado-seguido-no-campo-negativo>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Mesmo com o setor alcançando sucessivos recordes históricos, a expectativa de economistas ainda é de que o ritmo de expansão da economia deve desacelerar ao longo de 2025. Os motivos são o impacto da inflação e dos juros elevados, embora o cenário atual seja desafiador, a expectativa é de que a desaceleração seja relativamente moderada. Para isso, o mercado de trabalho aquecido e o aumento da massa salarial podem contribuir para sustentar o consumo das famílias.

O volume de serviços do país variou 0,3% em junho de 2025, após estabilidade de 0,1% em maio. Em relação a junho de 2024, na série sem ajuste sazonal, o volume de serviços cresceu 2,8% em junho de 2025, décimo quinto resultado positivo consecutivo. Com esse resultado, o setor se encontra 18,0% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e renova, neste mês, o ponto mais alto da série histórica.

Segundo o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, dentro do setor foi identificado um crescimento mais acentuado tanto do transporte de cargas como do aéreo de passageiros:

O avanço do transporte aéreo está correlacionado com o menor preço das passagens aéreas nos últimos três meses, o que aumentou a receita real das empresas aéreas, explicou. Já o transporte de cargas está relacionado com um dinamismo um pouco maior da economia, porque esse segmento está ligado ao escoamento de safra, insumos e bens industriais (Pesquisa Mensal de Serviços, 2025).³

O acumulado no segundo trimestre de 2025 mostrou expansão de 2,8% frente a igual período de 2024, com quatro das cinco atividades registrando taxas positivas.

Entre os setores, a contribuição positiva mais importante ficou com o ramo de *Informação e comunicação* (5,9%). Os demais avanços vieram dos *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (2,6%), dos *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (1,0%) e dos *Serviços prestados às famílias* (2,4%). No primeiro semestre, os serviços cresceram 2,5% e em 12 meses os serviços cresceram 3,0%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

A estimativa de junho para a safra 2025 é recorde da série histórica do IBGE. O crescimento da safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas, em relação a 2024, é consequência do aumento da área plantada e da produtividade das principais culturas.

3 Ver a respeito: Pesquisa Mensal de Serviços. Setor de serviços varia 0,3% em junho e registra novo patamar recorde. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44228-setor-de-servicos-varia-0-3-em-junho-e-registra-novo-patamar-recorde>. Acesso em: 14 ago. 2025.

A estimativa de junho de 2025 para a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas foi de 333,3 milhões de toneladas, 13,9% maior que a obtida em 2024 (292,7 milhões de toneladas), crescimento de 40,6 milhões de toneladas. Em relação ao mês anterior, houve aumento de 699 mil toneladas (0,2%). A área a ser colhida foi de 81,2 milhões de hectares, apresentando aumento de 2,1 milhões de hectares frente à área colhida em 2024, crescimento de 2,7%. Em relação ao mês anterior, a área a ser colhida apresentou aumento de 15,3 mil hectares (0,0%).

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo, que, somados, representam 92,6% da estimativa da produção e respondem por 88,0% da área a ser colhida. Em relação ao ano anterior, houve acréscimo de 5,6% na área a ser colhida do algodão herbáceo (em caroço); de 11,4% na do arroz em casca; de 3,3% na da soja; e de 3,3% na do milho (declínio de 4,1% no milho 1ª safra e crescimento de 5,4% no milho 2ª safra).

A desaceleração dos setores, diante de uma conjuntura desafiadora, com taxas de juros elevadas, elevação da inflação e incerteza no cenário internacional, não impediu a geração de empregos formais, agora em um ritmo mais lento, com queda 16,5% em relação ao primeiro trimestre de 2025.

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, os números que abarcam o setor privado com carteira assinada apresentaram, no segundo trimestre, saldo positivo em 557.585. No acumulado do ano, foram 1,22 milhão adicionados ao estoque de emprego formal, um resultado 6,8% menor do que o observado no mesmo período de 2024, quando foram criados 1,311 milhão de empregos formais. No acumulado de 12 meses, os números mostram 1.590.911 de contratações líquidas.

Ao fim de junho de 2025, o Brasil tinha saldo de 48,41 milhões de empregos com carteira assinada, um aumento 1,1% na comparação com março de 2025 (47,86 milhões).

Os números do Caged mostraram que, no segundo trimestre de 2025, foram criados empregos formais nos cinco setores da economia. O setor de serviços foi o que mais contratou ao longo do trimestre, com 275 mil empregos formais criados. O comércio foi o segundo grupo com maior crescimento de vagas, onde foram criados 102 mil postos.

Para o conjunto do território nacional, o salário médio de admissão, em junho de 2025, foi de R\$ 2.278,37. Comparado ao mês anterior, houve aumento real de R\$ 24,48 no salário médio de admissão, variação em torno de 1,09%. Comparado a junho do ano passado, o crescimento foi de R\$ 28,76 (1,28%), já considerando o ajuste para as variações típicas do mês.

A taxa de desocupação, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE, encerrou o segundo trimestre de 2025 em 5,8%. A menor da série histórica iniciada em 2012, recuando nas duas comparações: -1,2 ponto percentual (p.p.) frente ao trimestre anterior (7,0%) e -1,1 p.p. ante o trimestre móvel encerrado em junho de 2024 (6,9%).

Outro destaque foi o nível da ocupação (58,8%), igualando-se ao trimestre de setembro a novembro de 2024 e o contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que chegou a 39,0 milhões. De abril a junho de 2025, cerca de 6,3 milhões de pessoas estavam desocupadas no país. No confronto com o trimestre móvel anterior (janeiro a março de 2025), no qual 7,6 milhões de pessoas não tinham ocupação, esse indicador recuou 17,4%, equivalente a menos 1,3 milhão de pessoas.

"O crescimento acentuado da população ocupada no trimestre influenciou vários recordes da série histórica, dentre eles a menor taxa de desocupação."⁴. O número de empregados no setor público (12,8 milhões), expandindo-se tanto no trimestre (5,0%) quanto no ano (3,4%), estabeleceu recorde da série histórica da pesquisa, explica Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios.

O rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos chegou a R\$ 3.477,00 no trimestre de abril a junho de 2025, crescimento de 3,3% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Já a massa de rendimento real habitual (a soma das remunerações de todos os trabalhadores) atingiu R\$ 351,2 bilhões, também recorde, subindo 2,9% no trimestre, um acréscimo de R\$ 9,9 bilhões, e aumentando 5,9% (mais R\$ 19,7 bilhões) no ano.

A economia brasileira como um todo teve crescimento considerado modesto no segundo trimestre de 2025, quando começaram a aparecer sinais de desaceleração entre os setores, em razão dos juros altos associados às incertezas globais com as tarifas recíprocas de Donald Trump, que tiveram impactos negativos sobre a atividade econômica do segundo semestre.

O PIB do 2º trimestre teve uma alta de 0,4% sobre o trimestre anterior, e de 2,2% em relação ao mesmo período do ano passado, após avanço de 1,3% no 1º trimestre de 2025. Portanto, a expansão da economia pode se restringir ao primeiro semestre do ano, que cresceu 2,5%, diante de um risco de retração na indústria da transformação, que deve registrar atividade mais fraca; e no varejo, pelos juros altos, inadimplência e endividamento das famílias.

⁴ IBGE; desemprego no trimestre encerrado em junho é o menor da série histórica. Trabalho e Emprego. 31/07/2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202507/desemprego-atinge-5-8-trimestre-encerrado-junho-menor-nivel-serie-historica>. Acesso em: 31 jul. 2025.

Os resultados das pesquisas mensais do IBGE já apontavam para essa tendência de desaceleração. A indústria geral mostrou crescimento de 0,5%; aumento de 2,4% para o comércio varejista; e um crescimento de 2,8% no setor de serviços no 2º trimestre frente ao 2º trimestre de 2024. Diante desses resultados, o PIB pelo lado da produção no 2º trimestre mostrou estabilidade de 0,4%.

Os componentes do PIB, pela ótica da demanda, no segundo trimestre de 2025 em relação ao primeiro de 2025, já apontavam desaceleração impactados pela inflação e a alta da taxa de juros. E a Formação Bruta de Capital Fixo e a Despesa de consumo do governo, que caíram 2,2% e 0,6%, respectivamente. O Consumo das famílias registrou estabilidade (0,5%). No setor externo, na mesma comparação, as Exportações de bens e serviços aumentaram 0,7%, enquanto as Importações de bens e serviços mostraram variação negativa de 2,9%.

Pelo lado da produção, em relação ao 1º trimestre de 2025, a Agropecuária apresentou leve queda de 0,4%, que pode ser explicada pelo excelente desempenho do 1º trimestre e pelo aumento da produtividade. A Indústria avançou apenas 0,5%, com queda na Construção (0,2%), Eletricidade, gás e água (2,7%) e na Indústria de transformação (0,5%), e cresceu na Indústria extrativa (5,4%). Os Serviços cresceram 0,6%, puxados pelas contribuições de Informação e comunicação (1,2%), Atividades financeiras e de seguros (2,1%) e Comércio (atacadista e varejista) com a taxa de 2,1%.

No primeiro semestre de 2025, o crescimento da economia brasileira foi de 2,5%, mais alto do que o esperado pelo mercado no início do ano, que apontava um PIB anual de apenas 1,5%. Ao longo do ano, o PIB foi impulsionado pelos resultados da Agropecuária que expandiu significativamente a uma taxa de 10,1% e Serviços (2,0%).

Pela ótica da demanda, o consumo das famílias avançou 2,2% no primeiro semestre de 2025. O nível elevado dos juros representou um entrave para um avanço maior desse indicador, principalmente no segundo trimestre.

Outro componente da demanda que cresceu foi a Formação bruta de capital fixo (FBCF), que registrou expansão de 6,6%. A taxa de investimento ainda se encontra deprimida em 16,8% do PIB, mesmo nível da taxa de poupança.

No setor externo, as Exportações de bens e serviços registraram leve aumento de 1,6%, enquanto as Importações de bens e serviços cresceram com taxa de 14,0%, devido ao aumento das compras de máquinas e equipamentos e outros materiais de transporte.

Em linhas gerais, os números do PIB do segundo trimestre de 2025 mostraram uma redução mais acentuada do que a esperada, evidenciando uma desaceleração da atividade econômica.

Comparando com o mesmo trimestre do ano anterior, mostra uma taxa decrescente desde o terceiro trimestre de 2024. Em 2025, também em relação ao trimestre anterior, a retração é considerável, de 1,3% para 0,4%. Os resultados reforçam a tendência de desaceleração da economia nos próximos trimestres.

Diante desse cenário, as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil, com base no relatório de julho para 2025 e 2026, são 2,3% e 2,1%, respectivamente. A projeção do FMI sinalizou uma desaceleração para a economia brasileira em relação a 2024, quando o país cresceu 3,4%. O principal motivo para o baixo crescimento é a política monetária mais apertada. Por outro lado, ele manteve a perspectiva de que o crescimento da economia deve convergir para 2,5% ao ano no longo prazo, ajudada por reformas que impulsionam a produtividade, como a tributária.

O Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Política Econômica (SPE), em nota, manteve a projeção de crescimento de 2,5% para 2025, mas reconheceu que há riscos de revisão para baixo. “Embora a expectativa inicial seja de leve desaceleração na margem no terceiro trimestre” (Pati, 2025).⁵

A política monetária restritiva tende a impactar com mais força a atividade na segunda metade do ano, ao mesmo tempo em que o elevado endividamento das famílias, as incertezas fiscais e as turbulências externas podem adicionar riscos” (Oliveira, 2025).⁶

O FMI também manteve projeção de que a inflação deve chegar a 5,3% este ano, e que o aperto monetário conduzido pelo BC leve o índice de preços ao centro da meta de 3,0% perto do final de 2027.

A redução nas projeções para o Brasil reflete, em grande parte, os efeitos das políticas monetária, fiscal e a incerteza sobre o desempenho da economia mundial diante das políticas adotadas pelo governo americano sob a administração de Donald Trump.

5 PATI, Camila. Economia. Governo admite freada mais forte do PIB, mas mantém projeção de alta de 2,5%. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/governo-admite-freada-mais-forte-do-pib-mas-mantem-projecao-de-alta-de-25/> Acesso em: 2 set. 2025.

6 OLIVEIRA, Élica. Economia/Atividade econômica. PIB desacelera e mostra Brasil ‘diminuindo marcha’ com juro alto, tarifaço e safras. 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/pib-desacelera-2t25/> Acesso em: 2 set. 2025.

Cenário estadual

A economia baiana desacelerou no segundo trimestre, pelas quedas da indústria geral e serviços, mesmo com desempenho expressivo da agropecuária. O cenário de juros elevados, inflação acima da meta e a incerteza diante do “tarifaço” do governo americano impactaram negativamente a confiança de empresários e consumidores com reflexo sobre o PIB da Bahia no segundo trimestre.

A indústria baiana (extrativa e de transformação), com base no indicador da produção física ajustado sazonalmente caiu 0,8% no 2º trimestre em relação ao 1º trimestre de 2025, o qual havia expandido 3,0% em relação ao trimestre imediatamente anterior, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). No período abril a junho de 2025, a produção registrou um movimento descendente, passando de 2,6% para -1,2%, na comparação com o mesmo período de 2024.

Os sinais de desaceleração ficam evidentes quando se compara o primeiro semestre de 2025 com o ano passado. A indústria baiana cresceu apenas 0,7% no primeiro semestre do ano. Na análise dos segmentos da indústria baiana, observa-se crescimento em apenas quatro das 11 atividades no primeiro semestre de 2025. Os destaques foram: setor de *Derivados de petróleo*, que registrou avanço na produção de 7,6%, principalmente devido ao aumento no processamento de gasolina e óleo combustível; *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* registraram avanço de 26,7% no semestre, atribuído, principalmente, à maior produção de eletrodomésticos; *Minerais não metálicos* aumentou 7,3%; e *Metalúrgica* com taxa de 2,8%.

As perspectivas de curto prazo não são animadoras para a indústria, diante da política comercial americana, dos juros elevados e da retração do consumidor pela inadimplência e nível de endividamento muito alto.

O “tarifaço” trouxe expectativas negativas para o segundo semestre da indústria baiana, visto que os setores mais afetados pelas taxas impostas pelos EUA possuem grande representatividade na produção industrial baiana, como alimentos, papel e celulose. É importante ressaltar que as exportações desses produtos vão ser impactadas, provocando forte redução na oferta desses produtos, caso as empresas desses setores não encontrem novos mercados.

Os reflexos da política monetária contracionista, da inadimplência e do endividamento das famílias impactaram os resultados do comércio varejista no segundo trimestre de 2025, embora o mercado de trabalho ainda continue em expansão, o que mitigou os efeitos adversos nesta política. No segundo trimestre, a expansão das vendas na Bahia apresentou a taxa de 3,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior e 1,7% na comparação anual. No primeiro semestre, o varejo ficou praticamente estável com a taxa de 0,6%, e no ampliado

teve variação negativa de -2,4%, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na análise dos segmentos que compõem o comércio varejista restrito, foi observado que cinco segmentos dos oito que compõem o setor apresentaram expansão nos negócios no segundo trimestre de 2025, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, são eles: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (4,9%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (3,6%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (3,1%), *Móveis e eletrodomésticos* (2,9%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (1,1%).

As expectativas do consumidor para o segundo semestre são de muita cautela, conforme pesquisa da Confederação do Comércio. A inadimplência e o endividamento são os principais fatores para essa retração ao consumo. Caso ocorra uma mudança no comportamento do mercado de trabalho, as taxas desses indicadores podem se elevar, afetando as vendas do comércio varejista que já estão em ritmo moderado.

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume de serviços na Bahia, quando comparado com o 2º trimestre do ano anterior, apresentou queda de 2,0%, invertendo a sequência de aceleração, que foi iniciada no 2º trimestre de 2021 (28,4%), para esse tipo de comparação. Esse resultado foi inferior à média nacional (2,8%).

Três atividades contribuíram para esta taxa negativa, com destaque para as atividades de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-4,1%), seguida pela atividade de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-1,8%) e *Serviços prestados às famílias* (-0,8%).

Na Bahia, após a queda na produção de grãos em 2024, tanto o IBGE como a Conab confirmam uma produção de grãos maior em 2025, beneficiada pelas condições climáticas favoráveis.

No que concerne ao acompanhamento da safra pela Conab, no seu décimo primeiro levantamento para o ciclo 2024/2025, a produção baiana de grãos deve alcançar mais de 13,6 milhões de toneladas, 9,1% maior em relação ao ciclo 2023/2024. Com relação à área plantada, houve ampliação de 3,2% na mesma base de comparação, com área de 3,9 milhões de ha. Assim, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas foi de 3,48 t/ha.

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, de julho de 2025, estimou uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas acima de 12,8 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 12,7% na comparação com a safra de 2024.

No segundo trimestre, as exportações baianas somaram US\$ 2,71 bilhões, queda de 3,4% na comparação com o segundo trimestre de 2024. Já as importações somaram US\$ 2,15 bilhões, também com queda de 37,5% no mesmo comparativo, devido à contínua elevação da taxa de juros, o que resultou numa queda de 38,3% no volume desembarcado, enquanto que os preços registraram, na média, leve aumento de 1,4%, sempre no comparativo interanual.

As exportações agropecuárias baianas subiram 10,5% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior. Algodão, café e derivados de cacau puxaram o desempenho positivo. No caso da indústria extrativa, também houve avanço de 12,9%, puxado pela valorização do ouro no mercado internacional. Já no caso da indústria de transformação, houve queda de 6,1%.

A evolução de preços de *commodities*, que tem mostrado tendência de queda, representa um dos riscos para o desempenho das exportações estaduais esperado em 2025. No acumulado do ano até junho, a queda em relação ao mesmo período de 2024 chegou a 6,5%, com redução em praticamente todas as *commodities* exportadas pelo estado, com exceção do café e derivados e do ouro.

No semestre, as importações foram lideradas pelos bens intermediários, com aumento de 5,8% no comparativo interanual e 65,4% de participação. Cacau em grão, fertilizantes, óleo de palmiste, pasta de cacau e trigo são os principais insumos importados no semestre.

A oscilação em alguns setores da atividade econômica não impediu a expansão do mercado trabalho. No segundo trimestre de 2025, de acordo com os dados do Caged, o montante de empregos formais no estado se ampliou, fruto do surgimento de 35.229 novos postos de trabalho. Ao fim do 2º trimestre de 2025, a Bahia passou a contar com 2,205 milhões de vínculos celetistas ativos, o que significou uma elevação de aproximadamente 3,16% sobre o quantitativo de 2,137 milhões de empregos registrados no início do ano (estoque de referência). Dessa forma, ao fim do segundo trimestre, a Bahia concentrava 27,20% e 4,55% do total de empregos com carteira assinada existente na região nordestina e no país, respectivamente.

O crescimento de empregos com carteira assinada na Bahia, no segundo trimestre de 2025, alcançou todos os cinco grandes setores. O destaque foi o setor de *Serviços*, com a contratação líquida de 16.719 trabalhadores no período. O setor de *Indústria geral*, com 6.824 novos contratos, também indicou um saldo relativamente relevante, evidenciando o segundo melhor resultado entre as atividades. Em seguida, com dados positivos menos expressivos vieram o *Comércio* (4.845 vínculos), a *Construção* (3.754 empregos) e a *Agropecuária* (3.090 vagas).

A geração de empregos contribuiu para a redução da taxa de desocupação. De acordo com o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) na Bahia, a taxa trimestral de desocupação ficou em 9,1% no segundo trimestre de 2025. Trata-se do menor índice para um primeiro trimestre desde o início da série, empatando com aquele observado no quarto trimestre de 2013, com recuo de dois pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre do ano.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2025, na Bahia, foi estimado em R\$ 2.199,00, o segundo mais baixo entre as unidades federativas, acima apenas do Maranhão, estimado em R\$ 2.171,00. Além do mais, o rendimento médio baiano se mostrou equivalente a 63,2% e a 91,5% do rendimento médio brasileiro e nordestino, que foi de R\$ 3.477,00 e de R\$ 2.404,00 no referido trimestre, respectivamente.

Em resumo, as pesquisas mensais referentes ao segundo trimestre mostraram resultados negativos para a indústria geral e serviços, mas a significativa geração de emprego formal e, principalmente, o excelente desempenho da safra de grãos contribuíram para que o PIB da Bahia, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), expandisse 0,3%, quando comparado ao trimestre anterior. No segundo trimestre de 2025, em relação ao mesmo período de 2024, houve crescimento de 2,1%, acompanhando a taxa do PIB do Brasil para o mesmo período, 2,2%.

Sob a ótica da produção, o resultado do segundo trimestre revela um cenário com dinâmicas distintas entre os setores. Além do excelente desempenho da agropecuária (10,1%), o setor de serviços (0,7%), cuja resiliência e participação ainda seguem sustentando o crescimento do PIB. Em contrapartida, segmentos industriais mais sensíveis ao ciclo econômico, como a construção civil e boa parte das indústrias de transformação, registraram desempenho modesto ou mesmo negativo, com a indústria apresentando leve crescimento de 0,5%.

O resultado do segundo trimestre reforça a leitura de que a economia baiana está em fase de desaceleração. Ao longo do primeiro semestre, período no qual o PIB acumulou um crescimento de 2,7%, a dinâmica favorável do mercado de trabalho, as transferências de renda do governo e as contribuições advindas da agropecuária e da indústria extrativa ajudaram a compensar os efeitos negativos da política monetária restritiva e da inflação. Para os próximos trimestres, esperase que a manutenção desses fatores positivos seja crucial para evitar uma desaceleração mais intensa da economia baiana.

AGROPECUÁRIA

Carla Janira Souza do Nascimento
carlajanira@sei.ba.gov.br

As expectativas para a safra agrícola brasileira de 2025 são positivas, favorecidas pelas boas condições climáticas, resultado da ação do fenômeno La Niña. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a colheita das culturas agrícolas no Brasil deve atingir uma produção de grãos de 345,2 milhões de toneladas (t).¹ O volume representa um aumento de 16,0% na comparação com a temporada 2023/2024.

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)², realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),³ estimou uma safra nacional de 340,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas. Assim como na Conab, a estimativa também é de crescimento, com produção 16,3% superior à safra obtida em 2024. E área colhida de 81,2 milhões de hectares (ha), 2,7% maior que a área em 2024. A maior produtividade, principalmente das lavouras de soja, milho e algodão, explica a expansão da produção agrícola brasileira na safra 2025, ainda que os preços das *commodities* estejam em patamares abaixo do desejado pelos produtores.

Na Bahia, após a queda na produção de grãos em 2024, tanto o IBGE como a Conab confirmam uma produção de grãos maior em 2025, beneficiada pelas condições climáticas favoráveis.

No que concerne ao acompanhamento da safra pela Conab, no seu décimo primeiro levantamento para o ciclo 2024/2025, a produção baiana de grãos deve alcançar mais de 13,6 milhões de toneladas, 9,1% maior em relação ao ciclo 2023/2024.⁴ Com relação à área plantada, houve ampliação de 3,2% na mesma base de comparação, com área de 3,9 milhões de ha. Assim, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas foi de 3,48 t/ha.

1 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra de grãos. 11º levantamento. v. 12, n. 11. Disponível em <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/11o-levantamento-safra-2024-25/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 28 ago. 2025.

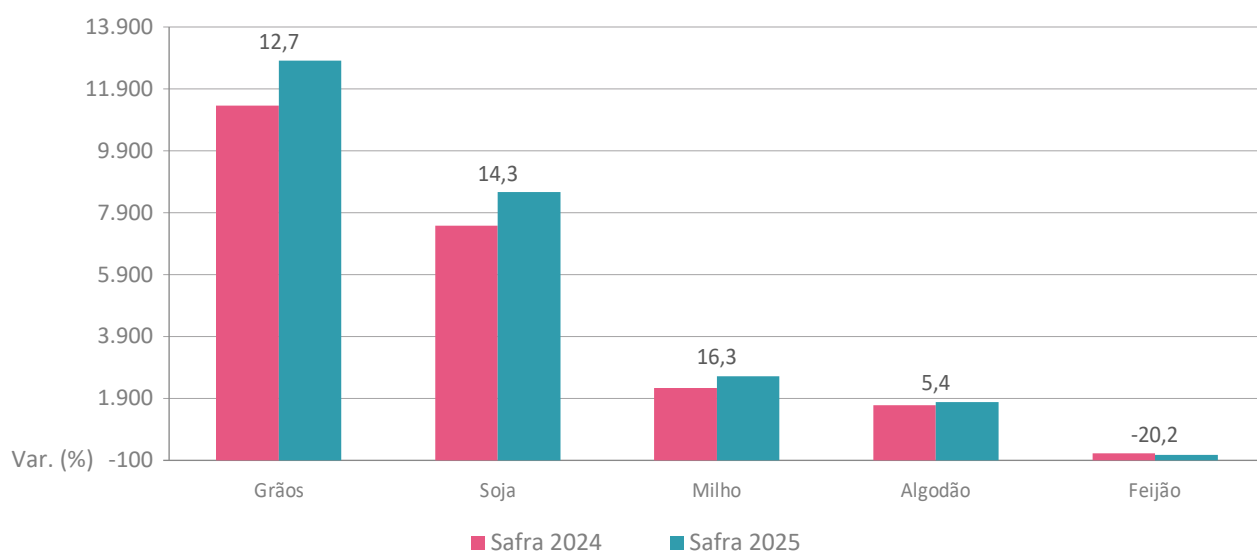
2 LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2025_jul.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

3 Refere-se ao sétimo levantamento divulgado pelo IBGE, que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

4 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra de grãos. 11º levantamento. v. 12, n. 8. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/11o-levantamento-safra-2024-25/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 28 ago. 2025.

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, de julho de 2025, estimou uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas⁵ acima de 12,8 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 12,7% na comparação com a safra de 2024, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1
Estimativas da safra de grãos
Bahia – 2024/2025



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: valores em mil toneladas e variações anuais nos rótulos em percentuais.

Entre os grãos, destaca-se a produção de soja com estimativa de 8,61 milhões de toneladas, 14,3% acima do verificado em 2024, com estimativa de ampliação da área plantada que deve ficar em 2,14 milhões de hectares (5,5% acima do observado em 2024). A produtividade da área colhida é 8,3% maior que a da safra passada.

Conforme boletim da AIBA,⁶ a colheita da safra 2024/2025 de soja foi concluída na região Oeste da Bahia, verificando-se um adiantamento expressivo no cronograma das operações. Resultado das condições climáticas favoráveis durante o início da janela de semeadura, que possibilitaram uma implantação adequada e maior uniformidade das lavouras.

⁵ Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

⁶ BOLETIM AIBA: panorama para a estimativa da produção de grãos no oeste da Bahia. Barreiras: AIBA, n. 30, 19 maio 2025. Safra 2023/2024. Disponível em: <https://aiba.org.br/boletins-safra>. Acesso em: 27 maio 2025.

As duas safras anuais do milho, estimadas pelo IBGE, devem alcançar 2,69 milhões de toneladas, o que representa crescimento de 16,3% na comparação anual. Com relação à área plantada (590 mil hectares), o IBGE apontou um decréscimo de 2,4% em relação à safra anterior. A estimativa da primeira safra anual é de 1,93 milhão de toneladas, sendo 24,6% acima de 2024. Por sua vez, para segunda safra (763 mil toneladas), a expectativa é de queda de 0,5% em relação à colheita do ano anterior.

De acordo com a AIBA,⁷ as projeções permanecem positivas, mesmo diante dos desafios enfrentados no campo, como anomalias fitossanitárias e condições climáticas adversas. Ainda de acordo com a instituição, a colheita do milho na região Oeste da Bahia já está na reta final, graças às condições climáticas favoráveis que possibilitaram o adiantamento da colheita.

A produção de algodão (caroço e pluma) tem expectativa de acréscimo de 5,4% em relação a 2024, podendo alcançar, de acordo com o IBGE,⁸ 1,87 milhão de toneladas. A área plantada com a fibra (405 mil hectares) deve superar em 6,6% a de 2024. Segundo a Conab, o aporte hídrico favoreceu as lavouras de algodão e melhorou as condições de umidade do solo, minimizando perdas por falta de umidade. Por sua vez, os demais grãos que têm pouca representatividade na agricultura baiana, como o feijão e o sorgo, registraram queda na produção.

Na lavoura do feijão, o IBGE espera produção de 177 mil toneladas, representando recuo de 20,2% na comparação com a safra de 2024. A área plantada (360 mil hectares) recuou 5,3% em relação àquela observada no ano anterior. A primeira safra da leguminosa (86 mil toneladas) está estimada em 37,0% inferior à de 2024, e para a segunda safra (91 mil toneladas) estima-se variação positiva de 6,7%, na mesma base de comparação.

OUTRAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Em 2025, para a safra de café, está prevista a colheita de 281 mil toneladas, 12,9% acima do observado no ano passado. A safra do tipo arábica alcançou 110 mil toneladas, com crescimento anual de 5,9%. Por sua vez, a safra do tipo canéfora tem previsão de 171 mil toneladas, o que corresponde a um volume 18,0% acima do nível do ano anterior.

A estimativa para a lavoura cacaueteira é de uma safra de 119 mil toneladas, apontando aumento de 7,0% na comparação anual. A produção de cacau tem sido impulsionada pela alta demanda global e pela redução na oferta, devido a problemas climáticos causados pelo El Niño, e fitossanitários

7 BOLETIM AIBA: panorama para a estimativa da produção de grãos no oeste da Bahia. Barreiras: AIBA, n. 33, 21 jul. 2025. Safra 2024/25. Disponível em: <https://aiba.org.br/boletins-safra/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

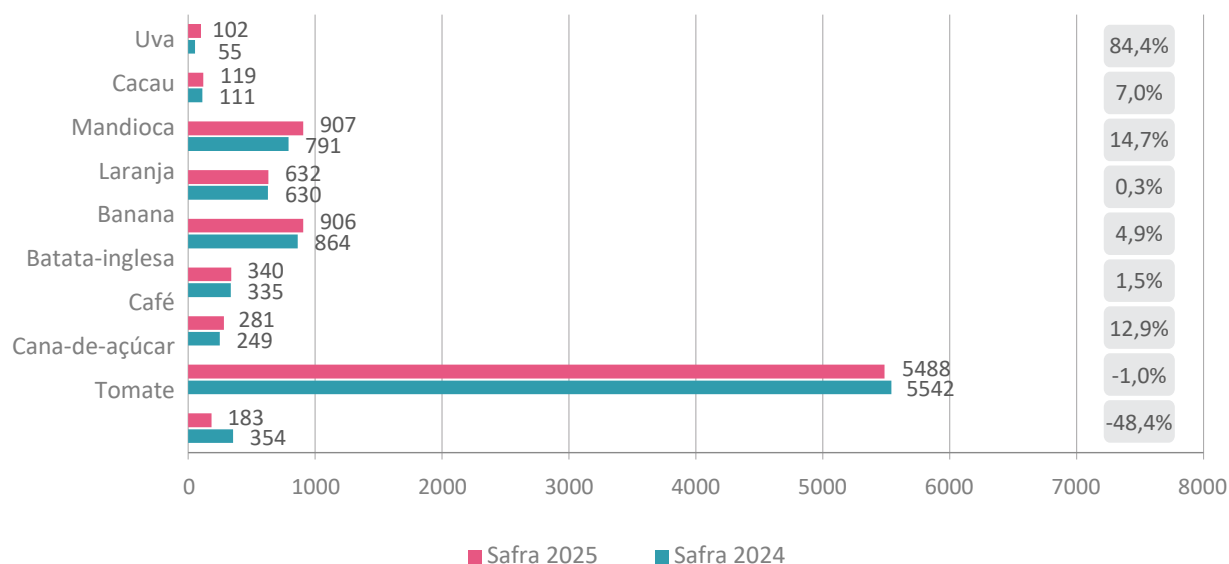
8 LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2025_abr.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

em importantes regiões produtoras, como na Costa do Marfim. E, claro, as condições climáticas têm sido favoráveis para a lavoura cacaueira nas regiões do Baixo Sul e Litoral Sul.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 5,49 milhões de toneladas, revelando decréscimo de 1,0% em relação à safra 2024. O município de Juazeiro, no Vale do São Francisco, cultiva mais de 32,0% da cana-de-açúcar do estado, de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola dos Municípios de 2023.

Gráfico 2

**Variação anual da produção de outras lavouras permanentes e temporárias
Bahia – 2024/2025**



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2025).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Na fruticultura, as estimativas para as lavouras de banana (906 mil toneladas), laranja (632 mil toneladas) e uva (102 mil toneladas) são positivas. Nesse sentido, registraram, respectivamente, variações de 4,8%, 0,3% e 84,4% em relação à safra anterior.

O levantamento do IBGE ainda indica uma produção de 907 mil toneladas de mandioca, 14,7% maior que a de 2024. A produção de batata-inglesa, de 340 mil toneladas, apresenta acréscimo de 1,5%; e a do tomate, de 183 mil toneladas, aponta queda de 48,4%, na comparação com a do ano anterior.

Pecuária

De acordo com as estatísticas da produção pecuária do IBGE (2025),⁹ coletadas pelos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, para a Bahia, foram abatidas aproximadamente 384 mil cabeças de bovinos no segundo trimestre de 2025, o que corresponde a uma alta de 1,0% na comparação com o mesmo trimestre de 2024. Já o abate de suínos (72 mil cabeças) apresentou queda na comparação trimestral, com recuo de 3,6%.

A aquisição de leite, por sua vez, alcançou 154 mil litros no segundo trimestre, com expansão de 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os frangos abatidos no período somaram 33 milhões de cabeças, aumento de 5,0% em relação ao segundo trimestre de 2024. A produção de ovos de galinha foi de 23 milhões de dúzias no segundo trimestre de 2025. A produção resultou em aumento de 5,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

9 INDICADORES IBGE: estatística da produção pecuária. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2025_2tri.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Carla Janira Souza do Nascimento
carlajanira@sei.ba.gov.br

O cenário macroeconômico no segundo trimestre de 2025 refletiu a manutenção das altas taxas de juros no país e também as incertezas crescentes no período, em especial, devido às medidas de protecionismo dos EUA. Nesse contexto, a indústria brasileira manteve-se estável pelo terceiro trimestre consecutivo no indicador da produção física,¹ posto que registrou taxa de -0,1%, 0,2% e 0,1%, respectivamente, no quarto trimestre de 2024, no primeiro trimestre de 2025 e no segundo trimestre de 2025, comparados aos trimestres exatamente anteriores.

O desempenho na produção industrial do país foi acompanhado por recuo na confiança dos empresários do setor, significando que eles foram cautelosos no primeiro semestre do ano, diante do cenário incerto para o futuro, tendo em vista as mudanças na economia mundial. Nesse período, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE) recuou 1,6 ponto percentual entre março e junho de 2025, para 96,8 pontos. Segundo o especialista Stéfano Pacini da FGV:²

O resultado da sondagem deixa em evidência a complexidade da macroeconomia para o setor industrial, reforçando a expectativa de desaceleração da economia no segundo semestre. A combinação entre a contração da política monetária e o aumento da incerteza, intensificada pelas novas taxações sobre produtos brasileiros, configura um cenário desafiador para o setor (Sondagem da Indústria ..., 2025).

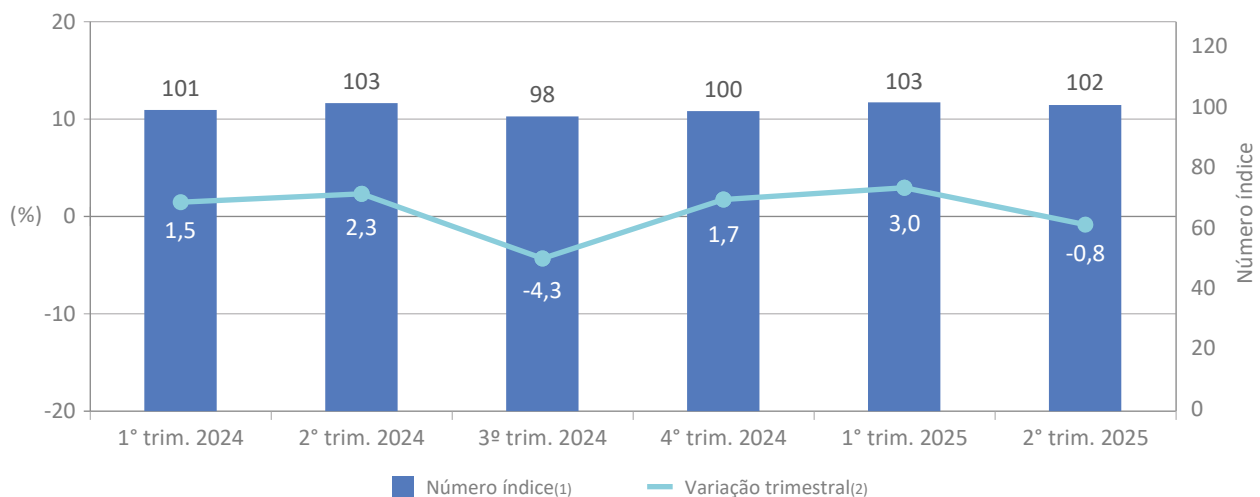
A indústria baiana, por sua vez, com base no indicador da produção física ajustado sazonalmente, recuou 0,8% no segundo trimestre de 2025, em relação ao primeiro trimestre, o qual havia apresentado acréscimo de 3,0% em relação ao quarto trimestre de 2024, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM),³ evidenciando um declínio da trajetória de crescimento do indicador no segundo trimestre do ano, como ilustrado no Gráfico 1.

1 Na série com ajuste sazonal.

2 SONDAGEM DA INDÚSTRIA: Índice de Confiança da Indústria. FGV/IBRE: Rio de Janeiro, jul. 2025. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files?file=divulgacao/releases/2025-07/Sondagem%20da%20Industria%20FGV_press%20release_Jul25.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

3 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2025_jun.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

Gráfico 1
Produção física industrial
Bahia – 1º trim. 2024-2º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

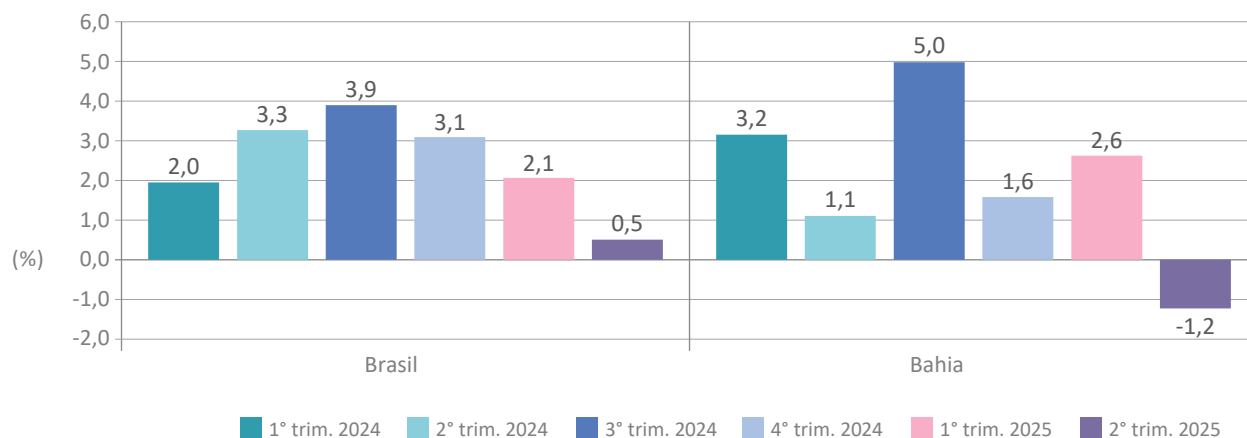
Notas: (1) Número índice ajustado sazonalmente.

(2) Variação no trimestre em relação ao trimestre exatamente anterior. Dados ajustados sazonalmente.

De outro ponto de vista, no período de abril a junho de 2025, a produção física da indústria baiana registrou um movimento descendente, passando de 2,6% para -1,2% na comparação com o mesmo período de 2024 (Gráfico 2). Para efeito de comparação, no mesmo período, a produção industrial do país registrou desaceleração para a taxa de 0,5%, após apresentar, no primeiro trimestre de 2025, aumento com taxa de 2,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No primeiro semestre do ano, a indústria nacional registrou aumento de 1,2%, sendo a principal contribuição para o setor de bens duráveis (8,3%), seguido por bens intermediários (2,2%). No setor de bens de capital, observou-se avanço de 1,5%, e em bens de consumo semi e não duráveis houve decréscimo de 2,6%.

Gráfico 2
Produção física industrial
Brasil e Bahia – 1º trim. 2024-2º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Entre o primeiro trimestre e segundo trimestre de 2025, os principais recuos ocorreram na produção de *Produtos químicos* (de -6,3% para -9,3%), *Produtos de borracha e plástico* (de 2,8% para -7,8%) e em *Couro, artigos para viagem e calçados* (de -2,4% para -13,5%). Os avanços ou manutenção de resultados positivos ficaram por conta de *Metalurgia* (de 2,0% para 3,6%) e *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (de 38,4% para 15,8%).

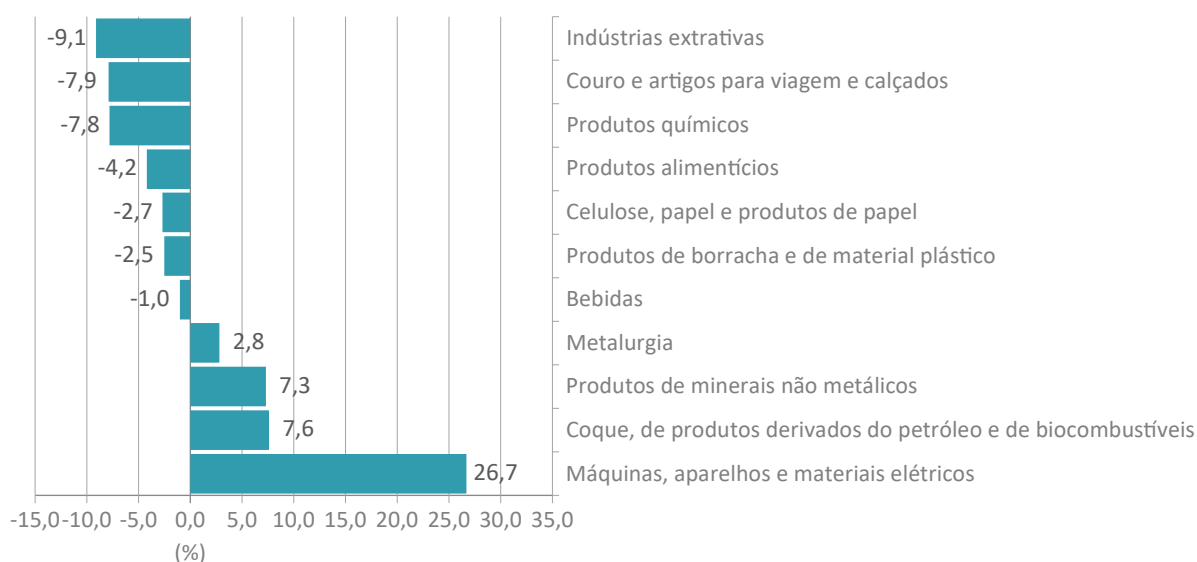
No âmbito estadual, a indústria cresceu apenas 0,7% no primeiro semestre do ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Na análise dos segmentos da indústria baiana, observa-se crescimento em quatro das 11 atividades no primeiro semestre de 2025. Os dados estão ilustrados no Gráfico 3.

No semestre, entre os segmentos que mais influenciaram o resultado positivo da indústria de transformação baiana, que cresceu em 1,2%, destaca-se o setor de *Derivados de petróleo*, que registrou avanço na produção de 7,6%, principalmente devido ao aumento no processamento de gasolina e óleo combustível. O setor de *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* registrou avanço de 26,7% no semestre, atribuído, principalmente, à maior produção de eletrodomésticos.

A *Indústria Metalúrgica* registrou taxa semestral de 2,8%, sobretudo pela maior produção de ferrocromo. No período, as vendas externas do setor metalúrgico recuaram 2,2% e os preços médios do setor reduziram 19,1%,⁴ porém, houve acréscimo no volume de vendas do segmento em 20,9% no período, especialmente, de ferroligas.

A produção de *Minerais não metálicos* aumentou 7,3% no período. Houve avanço, principalmente, na fabricação de massa de concreto e outros insumos para o setor da construção. O desempenho do setor reflete o crescimento das obras civis de empreendimentos imobiliários, mesmo diante das incertezas dos empresários diante das dificuldades de acesso ao crédito, atrelado às elevadas taxas de juros que impactam o setor da construção.

Gráfico 3
Produção física da indústria por setores de atividade
Bahia – 1º sem. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: variação percentual acumulada no período em relação ao mesmo período do ano anterior.

A principal contribuição negativa no semestre veio de *Produtos químicos*, principalmente em razão da menor fabricação de bens químicos de uso industrial. De modo geral, o segmento tem apresentado capacidade ociosa, afetado pela menor demanda externa e pela baixa competitividade dos produtos domésticos frente aos importados, assim como pelo aumento no preço interno do gás natural. No primeiro semestre de 2025, houve queda nas vendas externas do setor com taxa -25,2%.

4 DESEMPENHO do comércio exterior baiano. Boletim de Comércio Exterior da Bahia, Salvador, jun. 2025. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-08/BCE-JUN-25.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

No segmento de *Produtos alimentícios* foi observada retração de 4,2%. A queda na produção do segmento de *Alimentos* está atribuída, em especial, à menor transformação de derivados do cacau. Entretanto, as vendas externas de derivados de cacau avançaram 69,2% no semestre, principalmente por conta do crescimento dos preços médios, com taxa 36,7%, enquanto o volume aumentou 23,7%.

Na indústria de *Couro e calçados*, a queda de 7,9% do setor deu-se especialmente pela queda na produção de calçados sintéticos e couros.

O segmento de *Celulose e papel* recuou 2,7% no período. O desempenho foi afetado, principalmente, pela queda na produção de celulose. No primeiro trimestre ocorreu uma parada geral programada para manutenção em uma das unidades produtoras no estado, o que levou à redução da produção no período.

O segmento de *Produtos de borracha e material plástico*, com recuo de 2,5% no período, teve o desempenho influenciado, principalmente, pela redução na produção de pneus e embalagens plásticas.

A indústria de *Bebidas* recuou 1,0% no período, impactada pela menor produção de cervejas e águas minerais, em razão da redução do consumo durante o inverno.

A *Indústria extrativa* apresentou declínio de 9,1% no período, principalmente em decorrência da redução na produção de gás natural, magnésia e minérios de cobre em bruto.

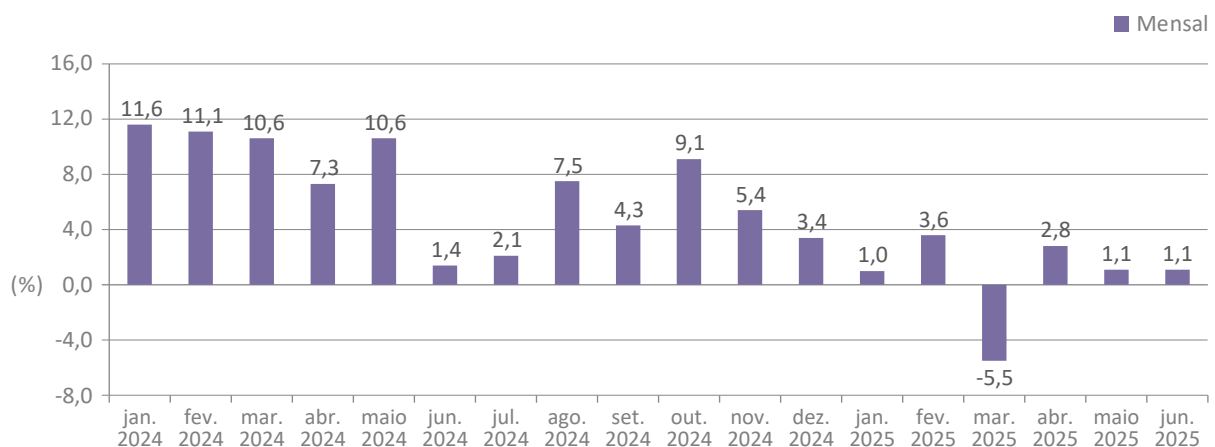
Diante do exposto, observa-se que a política comercial americana trouxe expectativas negativas para o segundo semestre da indústria baiana, visto que os setores mais afetados pelas taxas impostas pelos EUA possuem grande representatividade na produção industrial baiana, como alimentos, papel e celulose. É importante ressaltar que as exportações desses produtos vão ser impactadas, provocando forte redução na oferta desses produtos, caso as empresas desses setores não encontrem outros mercados para despachar a produção. Assim, é imprevisível o comportamento da atividade industrial nos próximos meses, pois a incerteza na política externa, além de retração nas exportações, inclui perda de competitividade, redução de investimentos e pressão sobre o mercado de trabalho.

Comércio Varejista

Elissandra Alves de Britto
elissandra@sei.ba.gov.br

O volume de vendas do comércio varejista na Bahia manteve perda de ritmo ao longo dos primeiros seis meses de 2025, comparado a igual período de 2024. Nesse período, as taxas mensais apresentadas pelo setor na primeira metade do ano, confirmaram o comprometimento no seu dinamismo (Gráfico 1).

Gráfico 1
Volume de vendas do comércio varejista
Bahia – 2024-2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2025).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Em maio do presente ano, o varejo apresentou a moderada expansão de 1,1%, mantida no mês seguinte. Em decorrência desse comportamento, o varejo acumulou no semestre a pífia taxa de 0,6%, e no ampliado a variação negativa de -2,4%. No comércio restrito, dada a magnitude da taxa, o destaque positivo ficou por conta de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (6,9%) e, pelo lado negativo, *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-24,0%) (Tabela 1). Esses dados apresentados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista
Bahia – 1º sem. 2025(1)

Atividade	(%)
Comércio Varejista	0,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	-1,4
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,6
2.1 - Hipermercados e supermercados	1,4
3 - Tecidos, vestuário e calçados	1,0
4 - Móveis e eletrodomésticos	2,0
4.1 - Móveis	-2,2
4.2 - Eletrodomésticos	6,4
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	6,9
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-24,0
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-20,3
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-1,1
Atacado Seleccionado e Outros(2)	-2,4
9 - Veículos, motocicletas, partes e peças	7,6
10 - Materiais de construção	-3,1
11 - Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-23,1

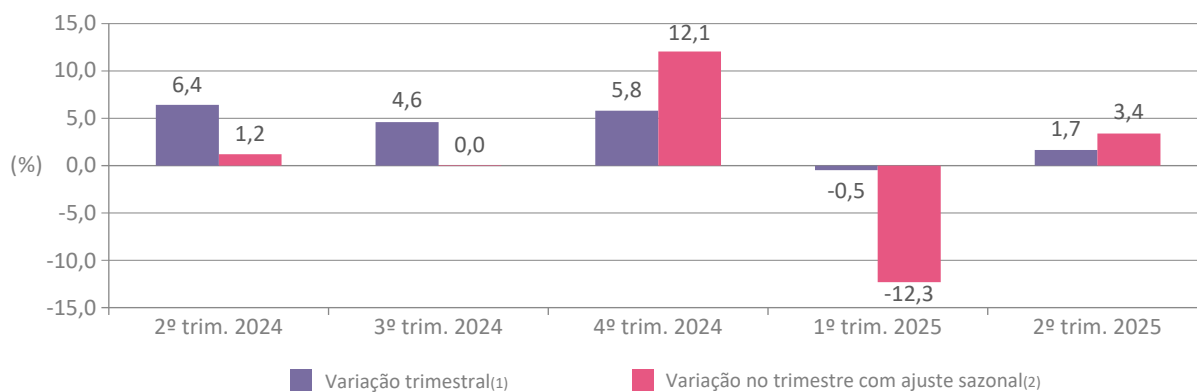
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2025).

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 11.

Na análise trimestral, a expansão das vendas na Bahia apresentou a taxa de 3,4% no segundo trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior e 1,7% na comparação anual. Por essa ótica, observa-se crescimento em ambas as análises (Gráfico 2). Esse comportamento é justificado pela resiliência do mercado de trabalho e pelo arrefecimento na elevação dos preços verificado nos últimos meses.

Gráfico 2
Volume de vendas do comércio varejista
Bahia – 2º trim. 2024-2º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

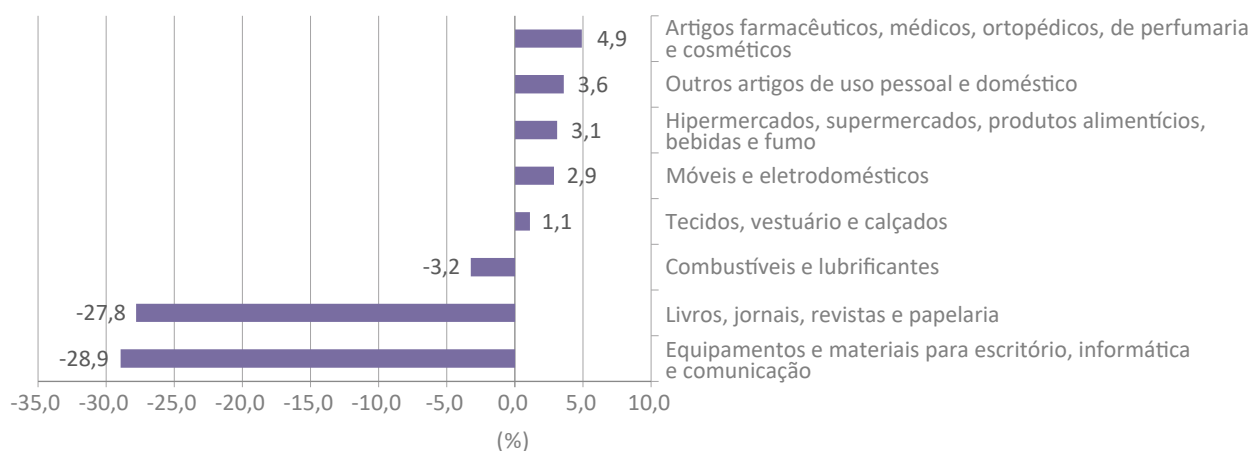
(2) Variação do trimestre em relação ao trimestre anterior. Dados ajustados sazonalmente.

Em junho de 2025, por exemplo, de acordo com as informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o emprego celetista na Bahia registrou saldo positivo de 7.984 postos de trabalho. E o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Salvador (RMS) registrou a taxa de 0,29% em junho de 2025, inferior à registrada no mês imediatamente anterior (0,35%).

No período de janeiro a junho, a inflação acumulada na Região Metropolitana de Salvador foi de 3,00%. O índice foi pressionado pela alta dos preços no grupo de *Educação* (5,16%), *Alimentação e bebidas* (4,81%), *Habitação* (3,84%), *Saúde e cuidados pessoais* (3,32%), *Despesas pessoais* (2,86%), *Comunicação* (1,75%), *Vestuário* (1,50%) e *Transportes* (1,08%). Entretanto, em relação a este último, no item *Combustíveis (veículos)*, a taxa foi de 0,70%, sendo que, em igual período de 2024, a inflação foi de 7,97%. Deflação ocorreu apenas no grupo de *Artigos de residência* (-0,46%).

Esse comportamento reflete diferentes dinâmicas entre os segmentos do setor. Na sua análise, foi observado que cinco dos oito segmentos que compõem o varejo restrito apresentaram expansão nos negócios no segundo trimestre de 2025, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, são eles: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (4,9%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (3,6%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (3,1%), *Móveis e eletrodomésticos* (2,9%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (1,1%). Já *Combustíveis e lubrificantes* (-3,2%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-27,8%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-28,9%) registraram retração nas vendas (Gráfico 3).

Gráfico 3
Volume de vendas das atividades do comércio varejista(1)
Bahia – 2º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Entre as variações positivas, destacam-se três segmentos: o comportamento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*. O primeiro se destaca pela representatividade dos bens essenciais que comercializam. O segundo abrange lojas de departamentos, óticas, joalherias, artigos esportivos, brinquedos, entre outros bens de menor valor agregado, de forma que, em face de um aumento no nível de rendimento, esta atividade acaba sendo impactada. Fato observado nesse trimestre, na comparação anual, em que a massa de rendimentos real efetivamente recebida pelos ocupados na Bahia, apurada pela PNAD Contínua, registrou variação positiva de 0,5%. É o terceiro segmento que comercializa bens com demanda permanente.

Por outro lado, dentre os segmentos que tiveram contribuições negativas, ressalta-se *Combustíveis e lubrificantes, Livros, jornais, revistas e papelaria*, pressionados pela elevação dos preços, e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* que recuaram em -3,2%, -27,8% e -28,9%, respectivamente, no trimestre analisado.

Segundo a Pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o indicador antecedente do consumo Intenção de Consumo das Famílias (ICF), mostrou, no período de janeiro a junho, uma tendência de queda. Apesar de no mês de junho a pesquisa indicar acréscimo do nível de consumo de 0,5% com ajuste sazonal. Em relação à comparação anual, pelo nono mês, houve redução da intenção, embora em ritmo arrefecido.¹ Esse desaquecimento é justificado pelo comportamento da maioria dos componentes do ICF, à exceção do Nível de Consumo Atual – ICF (+0,4%), Perspectiva Profissional – ICF (+1,7%) e Acesso ao Crédito (+2,2%). Este último, mesmo favorecendo as compras a prazo, não influenciou a percepção do momento para compra de bens duráveis que obteve a maior retração (-7,0%), dado ao comportamento da taxa de juros que comprometeu a compra de produtos com maior valor agregado.

Outro fator relevante foi o resultado da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC),² elaborada mensalmente pela Fecomércio-BA. Em junho, 68,2% das famílias de Salvador possuíam algum tipo de dívida, totalizando 642,7 mil famílias endividadas. Esse percentual representa o nível mais alto registrado pela pesquisa desde março de 2023.

1 Ver a respeito: PESQUISA CNC. Intenção de Consumo das Famílias – ICF. Disponível em: https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2025/06/Relatorio_ICF_jun25.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

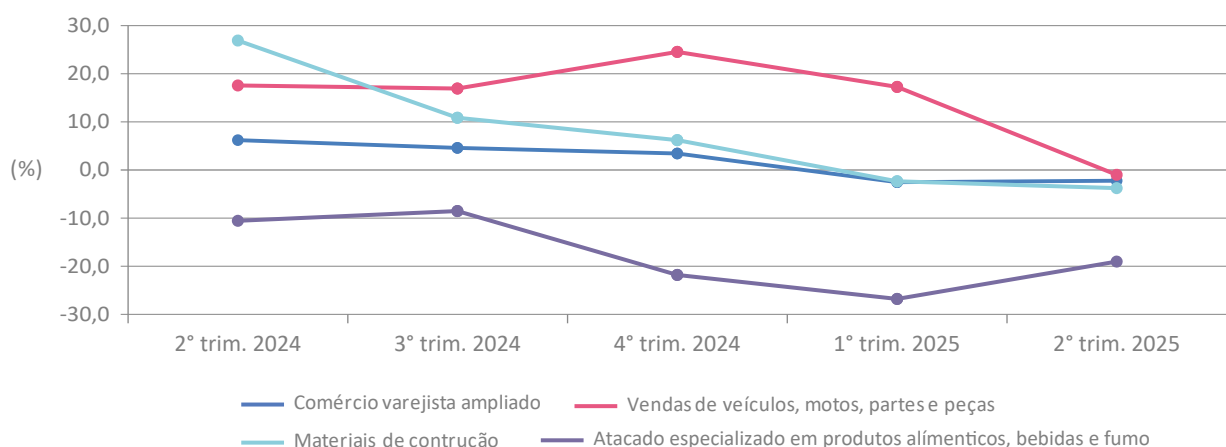
2 Ver a respeito: Fecomércio-BA. Endividamento das famílias atinge 68,2% das famílias em junho, maior nível desde março de 2023, avalia Fecomércio-BA. Disponível em: <https://fecomercioba.com.br/central-conhecimento/peic-junho-2025/#:~:text=ENDIVIDAMENTO%20DAS%20FAM%C3%8DILIAS%20ATINGE%2068,0%20perfil%20em%20atraso%20piora>. Acesso em: 1 set. 2025.

No que diz respeito à inadimplência, foi observada uma leve queda de 24,5% em maio para 24,0% em junho. Esse cenário gera preocupação, pois parte da redução da inadimplência é atribuída à alta no endividamento, já que muitas famílias contraíram novos créditos para quitar dívidas antigas. De maneira que, caso haja um comprometimento da atividade econômica, em função de turbulências no mercado internacional, o avanço das vendas do setor poderá ficar comprometido.

No comércio varejista ampliado, que inclui o varejo restrito e mais as atividades de *Veículos, motocicletas, partes e peças, Materiais de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*, a retração no segundo trimestre foi de -2,2% em relação a igual período do ano anterior. Na mesma comparação, verifica-se que a taxa no país ficou estável em -0,1%.

Quanto às demais atividades que compõem o varejo ampliado, observa-se que as atividades de *Veículos, motocicletas, partes e peças, Materiais de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* retraíram suas vendas no segundo trimestre em -1,0%, -3,8% e -19,0%, respectivamente (Gráfico 4). O primeiro segmento perdeu ritmo a partir do primeiro trimestre de 2025, dada a manutenção dos juros elevados e encarecimento dos créditos. Já o segundo, tratando-se de um ramo influenciado pela renda e principalmente pelo crédito na modalidade de cartão de crédito, perdeu ritmo a partir do terceiro trimestre de 2024, sugerindo que ante a elevação dos preços de alguns produtos e da taxa de juros, os consumidores estão mais cautelosos na aquisição de produtos comercializados pela atividade. Já o terceiro ficou sujeito às variações de preços dos alimentos no mercado, assim como à disponibilidade de renda do consumidor.

Gráfico 4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado
Bahia – 2º trim. 2024-2º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio Varejista (2025).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

No primeiro semestre, o destaque positivo no período ficou por conta de *Veículos, motocicletas, partes e peças*, que registrou ritmo de crescimento aquecido de 7,6% (Tabela 1). Ao passo que *Materiais de construção* (-3,1%) e *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-23,1%) foram determinantes para a retração nas vendas apresentada pelo varejo ampliado no período.

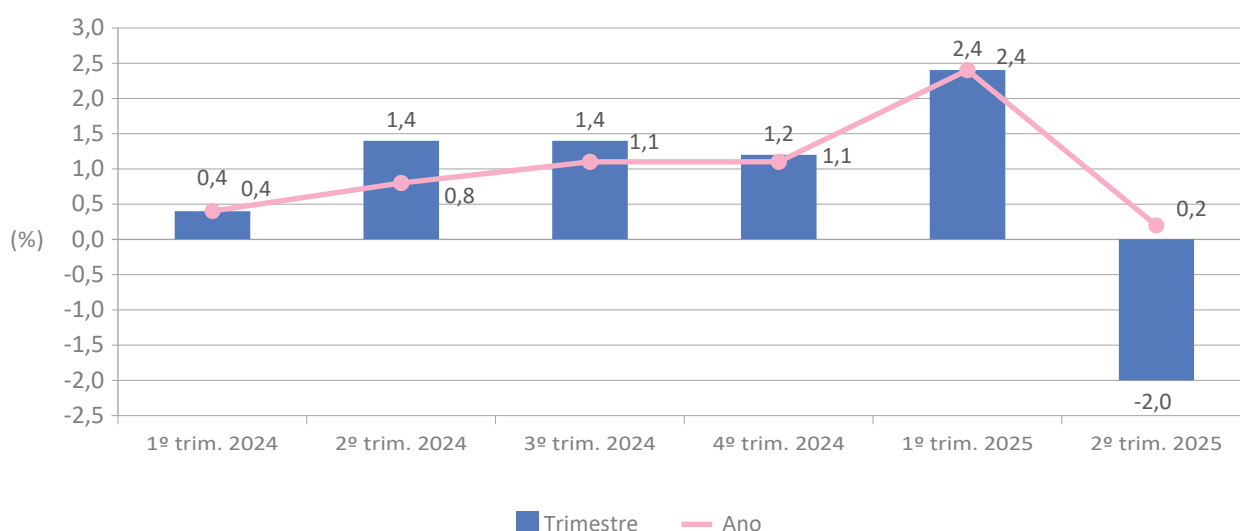
Nesse aspecto, os dados apresentados pela pesquisa sobre comércio varejista no segundo trimestre de 2025, apesar de positivos, devem ser vistos com cautela, pois a manutenção da trajetória dos juros elevada e as incertezas na atividade econômica frente à turbulência no cenário internacional podem comprometer a dinâmica do setor. Nesse aspecto, a expectativa para o comportamento do varejo no terceiro trimestre é de taxas modestas.

Serviços

Rosângela Conceição
rosangela@sei.ba.gov.br

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume de serviços na Bahia, quando comparado com o 2º trimestre do ano anterior, marcou queda de -2,0%, invertendo a sequência de aceleração que foi iniciada no 2º trimestre de 2021 (28,4%), para esse tipo de comparação. Esse resultado foi inferior à média nacional (2,8%) (Gráfico 1).

Gráfico 1
Volume de serviços(1)(2)
Bahia – 1º trim. 2024-2º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

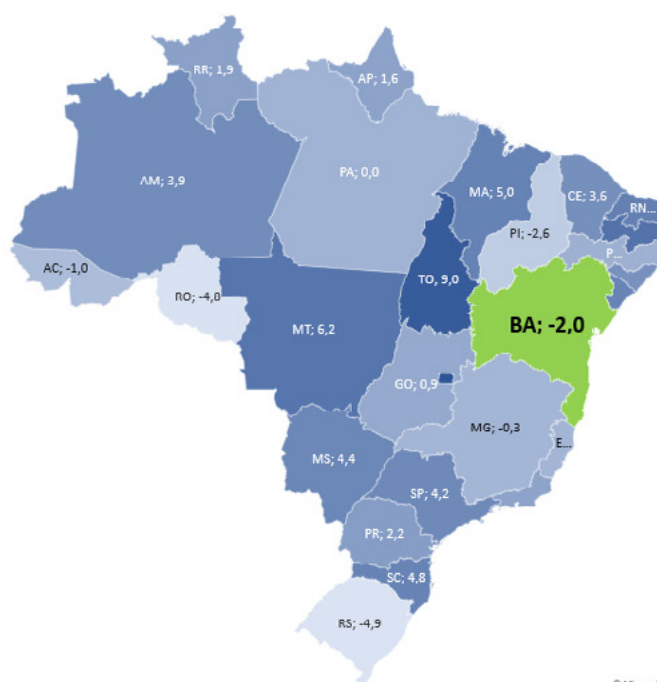
Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nesta análise, três das cinco atividades puxaram o volume de serviços baiano para baixo, com destaque para as atividades de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-4,1%), que contabilizou a variação negativa mais expressiva, seguida pela atividade de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-1,8%), depois *Serviços prestados às famílias* (-0,8%). Por outro lado, as contribuições positivas vieram de *Outros serviços* (7,8%), que contabilizou a variação positiva mais expressiva, seguida pela atividade de *Serviços de informação e comunicação* (0,6%).

Na comparação nacional, 20 das 27 unidades da Federação contribuíram positivamente para o resultado nacional (2,8%). As variações mais expressivas em termos regionais ocorreram no Distrito Federal (9,6%), Tocantins (9,0%) e Paraíba (6,5%). Em sentido oposto, Rio Grande do Sul (-4,9%), Rondônia (-4,8%) e Piauí (-2,6%) foram os principais recuos. Nessa comparação, a Bahia (-2,0%) contabilizou a 4ª posição entre os locais investigados (Figura 1).

Figura 1
Volume de serviços, por unidades da Federação(1)
Bahia – 2º trim. 2025/2º trim. 2024



Da plataforma Bing
© Microsoft, OpenStreetMap, Overture Maps Foundation

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Apesar do resultado negativo do volume, o setor, ainda assim, contabilizou saldo positivo na geração de emprego. Segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência, sistematizadas pela SEI, no segundo trimestre ano de 2025, na Bahia, o setor de serviços contabilizou 16.904 novos postos de trabalho com carteira assinada. Esse resultado é superior em relação aos outros setores (*Agropecuária, Comércio, Construção e Indústria*) e em relação ao mesmo período do ano passado, que havia sido de 14.969 novos empregos celetistas.

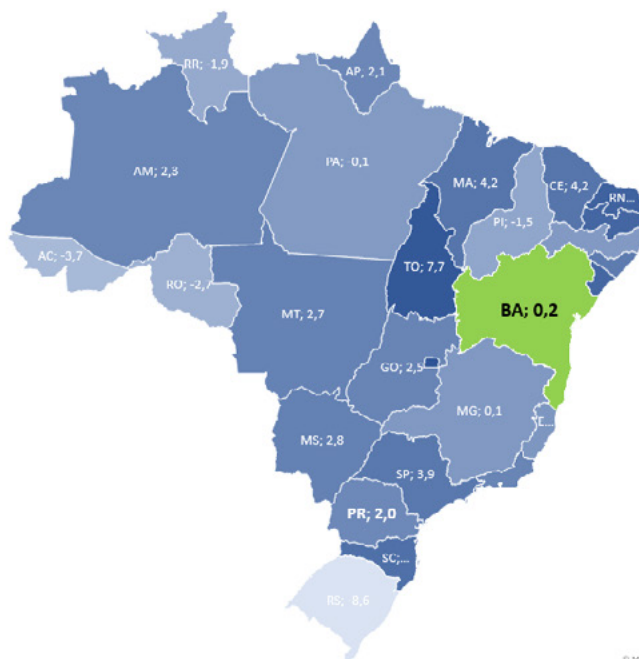
Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor de serviços no estado totalizou mais de R\$ 1,2 bilhão no 2º trimestre de 2025, com expansão nominal de 2,3% em relação ao ano anterior, o que

representa uma ampliação de mais de R\$ 27 milhões na arrecadação do estado, puxada pela atividade de Serviços de Utilidade Pública (2,9%).

No acumulado do 1º semestre de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, o volume de serviços na Bahia avançou apenas 0,2%. Esse resultado foi inferior à média nacional (2,6%). Quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços baiano para cima, com destaque para a atividade *Outros serviços* (11,4%), que contabilizou a variação mais expressiva, seguida pela atividade *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (3,6%), depois *Serviços prestados às famílias* (1,3%) e *Serviços de informação e comunicação* (0,3%). Por outro lado, apenas *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-2,8%) recuou.

Na comparação nacional, 20 das 27 unidades contribuíram positivamente para o resultado nacional (2,6%). As variações mais expressivas em termos regionais ocorreram no Distrito Federal (8,2%), Tocantins (7,7%) e Rio Grande do Norte (6,5%). Nessa comparação, a Bahia (0,2%) contabilizou a segunda posição entre as menores variações registradas. Já Rio Grande do Sul (-8,5%), Acre (-3,7%) e Rondônia (-2,8%) marcaram os principais recuos do mês (Figura 2).

Figura 2
Volume de serviços, por unidades da Federação(1)
Bahia – 1º trim.-2º trim. 2025/1º trim.-2º trim. 2024



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: (1) Variação acumulada do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Apesar da desaceleração apresentada pelo volume no acumulado do ano, o setor, ainda assim, contabilizou significativo saldo positivo na geração de emprego. Segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência, sistematizadas pela SEI, no primeiro semestre ano de 2025, o setor de serviços contabilizou, na Bahia, 37.152 novos postos de trabalho com carteira assinada. Esse resultado é superior em relação aos outros setores (*Agropecuária, Comércio, Construção e Indústria*) e em relação ao mesmo período do ano passado, quando havia sido de 32.903 novos empregos celetistas.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor de serviços no estado totalizou mais de R\$ 2,4 bilhões no 1º semestre de 2025, com expansão nominal de 3,0% em relação ao ano anterior, o que representa uma ampliação perto de R\$ 71 milhões na arrecadação do estado, puxado pela atividade de *Serviços de utilidade pública* (2,9%).

Com esse cenário, a perspectiva para os próximos meses é de manutenção da desaceleração no volume de serviços, pois as pesquisas de sondagens empresariais, até o momento divulgadas, apontam para essa direção. Como pode ser confirmada pela expectativa da sondagem empresarial da FGV.

Conforme a sondagem empresarial da FGV, o Índice de Confiança de Serviços (ICS) do FGV IBRE recuou 2,6 pontos em agosto de 2025, para 87,1 pontos, igualando ao menor nível desde maio de 2021 (87,1 pontos). Na média móvel trimestral, o índice cedeu 1,6 ponto. Segundo avaliação de Stéfano Pacini, economista da FGV IBRE:

O resultado de agosto da confiança de serviços reforça a tendência de desaceleração observada ao longo do ano. Neste mês, notam-se resultados negativos nos principais indicadores da pesquisa, sobretudo na demanda de serviços prestados às famílias que outrora sustentou a recuperação geral do setor. Em relação ao futuro, os empresários mantêm um olhar mais pessimista para o segundo semestre, em linha com a complexidade do cenário econômico brasileiro. O aumento da incerteza e uma expectativa geral de desaceleração da atividade com a política monetária contracionista (Em agosto....., 2025).¹

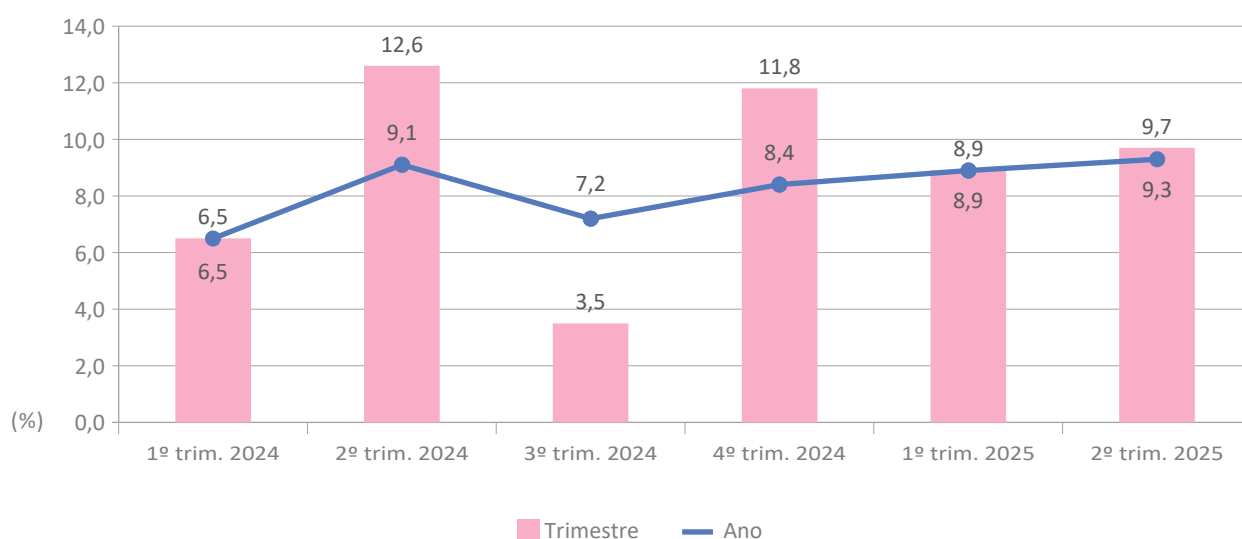
¹ Ver a respeito: Em agosto, confiança de Serviços cai pelo terceiro mês seguido. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files/divulgacao/noticias/mat-complementar/2025-08/Press%20Release_ICS_Ago25.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

TURISMO

Rosângela Conceição
rosangela@sei.ba.gov.br

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume das atividades turísticas¹ na Bahia, quando comparado com o 2º trimestre do ano de 2024, marcou expansão de 9,7%, mantendo a aceleração iniciada no 2º trimestre de 2021 (177,6%). Essa é a décima sétima taxa positiva para esse tipo de comparação (Gráfico 1).

Gráfico 1
Volume das atividades turísticas(1)(2)
Bahia – 1º trim. 2024-2º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

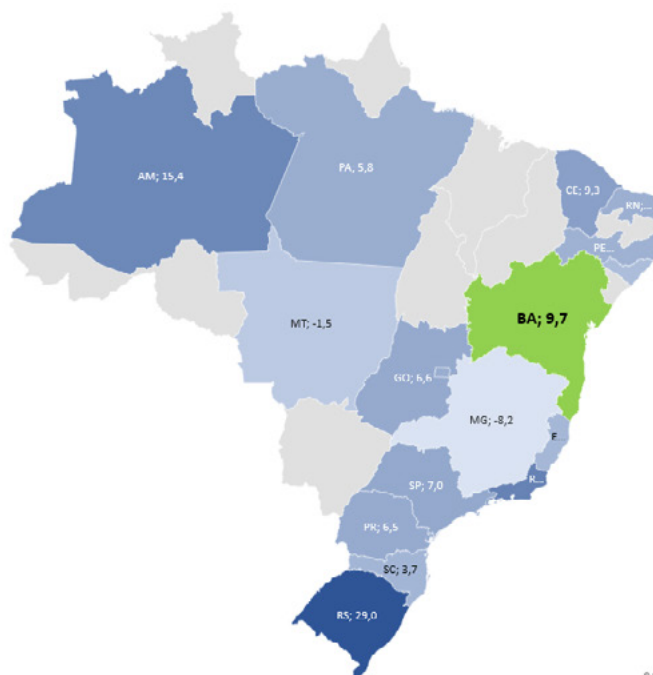
(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O volume do agregado especial das atividades turísticas no Brasil cresceu 7,3% no segundo trimestre do ano de 2025, frente a igual período de 2024. Regionalmente, 15 dos 17 locais pesquisados mostraram avanço nos serviços voltados ao turismo. Com destaque, em termos de variações mais expressivas, para o Rio Grande do Sul (29,0%), Rio de Janeiro (16,9%) e

¹ Agregado especial que abrange as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens, operadoras turísticas e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros, em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros).

Amazonas (15,4%). Nessa comparação, a Bahia (9,7%) apontou a quarta variação positiva mais expressiva, superior à média nacional. As influências negativas ficaram com Minas Gerais (-8,2%) e Mato Grosso (-1,5%) (Figura 1).

Figura 1
Volume de atividades turísticas(1)
Bahia – 2º trim. 2025/2º trim. 2024



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O mercado de trabalho formal acompanhou a mesma tendência do volume e contabilizou saldo positivo significativo na geração de emprego. Segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, sistematizadas pela SEI, no segundo trimestre de 2025, o setor de turismo contabilizou, na Bahia, 701 postos de trabalho com carteira assinada, decorrente da diferença entre 17.143 admissões e 16.442 desligamentos. Tal resultado, porém, revelou-se inferior ao de um ano antes, já que o saldo no conjunto dos meses de abril a junho de 2024 havia sido de 1.371 empregos celetistas.

No segundo trimestre de 2025, na Bahia, dos 27 subsetores da atividade econômica do turismo,² 16 exibiram saldo positivo, oito registraram resultado negativo e três ficaram com

² Referem-se às classes CNAE 2.0, considerando todos os municípios da Bahia, não apenas os das zonas turísticas.

saldo nulo. No referido intervalo, os melhores resultados despontaram em *Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas* (+363 vagas), *Transporte rodoviário de táxi* (+330 vínculos) e *Locação de automóveis sem condutor* (+135 postos). Por outro lado, *Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados* (-528 postos), *Agências de viagens* (-54 empregos) e *Transporte por navegação de travessia* (-28 vagas) foram aqueles com saldos negativos, todos exibindo mais desligamentos do que admissões.

No que diz respeito exclusivamente ao conjunto das 13 zonas turísticas do estado da Bahia, no segundo trimestre de 2025, constatou-se o surgimento líquido de 212 empregos com carteira assinada (diferença entre 15.477 admissões e 15.265 desligamentos) – indicando, dessa maneira, uma conjuntura menos robusta em termos de geração de postos de trabalho comparativamente àquela averiguada no mesmo trimestre do ano imediatamente antecedente, quando 1.086 novos vínculos celetistas haviam sido estabelecidos nesse recorte geográfico. Com a mesma tendência positiva, a zona turística que mais registrou ampliação no número de trabalhadores formais foi a Caminhos do Sertão (+252 postos).

No acumulado do primeiro semestre do ano de 2025, frente a igual período de 2024, o volume das atividades turísticas do Brasil cresceu 6,3%. Em termos regionais, 14 dos 17 locais pesquisados mostraram avanço nos serviços voltados ao turismo, em que sobressaíram os ganhos vindos do Rio de Janeiro (14,2%), Amazonas (11,9%) e Rio Grande do Sul (9,4%). Nessa comparação, a Bahia cresceu 9,3%. O estado apontou a quarta posição entre os locais investigados, superior à média nacional.

Em sentido oposto, Minas Gerais (-5,2%) e Mato Grosso (-4,3%) e foram as influências negativas do mês (Figura 2).

Figura 2
Volume de atividades turísticas(1)
Bahia – 1º trim.-2º trim. 2025/1º trim.-2º trim. 2024



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Variação acumulada do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mercado de trabalho formal acompanhou a mesma tendência do volume e contabilizou significativo saldo positivo na geração de emprego. Segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, sistematizadas pela SEI, no semestre de 2025, na Bahia, o setor de turismo contabilizou 709 postos de trabalho, decorrente de 36.498 admissões e 35.789 desligamentos. Um cenário, portanto, mais favorável do que o observado no mesmo conjunto de meses do ano de 2024, quando o referido setor havia registrado 635 novas vagas em território baiano.

Dos 27 subsetores econômicos do turismo local, 14 deles geraram postos de trabalho no acumulado do ano, enquanto 12 dessas classes indicaram perda líquida de postos e uma apresentou saldo nulo. No caso, *Locação de automóveis sem condutor*, *Transporte rodoviário de táxi* e *Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente* foram os subsetores com as maiores expansões, contabilizando 601, 513 e 253 novos vínculos formais, respectivamente. Enquanto isso, *Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados* (-537 vagas), *Hotéis*

e similares (-279 postos) e Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional (-60 vínculos) indicaram os menores saldos no mencionado período, todos com perda líquida de postos.

No recorte por zonas turísticas, no acumulado dos seis primeiros meses de 2025, houve geração de 134 postos no estado, resultante da diferença entre 33.327 admitidos e 33.193 desligados. No mesmo intervalo do ano imediatamente antecedente, todavia, o resultado havia sido maior, de 341 novos postos de trabalho.

Nesse contexto, cabe destacar que os investimentos das empresas públicas e privadas, para a realização do Carnaval em Salvador, festas populares, religiosas e festejos juninos em grande parte dos municípios baianos, foram essenciais para impulsionar o turismo no primeiro semestre.

A expectativa é de manutenção da expansão do setor para o terceiro trimestre e para o ano de 2025, uma vez que abrange um período intenso de grandes eventos, tais como: o tradicional desfile da Independência do Brasil na Bahia, o Festival de Chocolate, as celebrações a Santa Dulce dos Pobres, a romaria de Bom Jesus da Lapa, a novena de Santa Luzia, a festa de Santa Bárbara, a novena em honra a Nossa Senhora da Conceição da Praia, a festa do Bom Jesus dos Navegantes, entre outras.

Além disso, temos também as festas natalinas e de virada do ano realizadas em Salvador e em grande parte dos demais municípios baianos, e a confirmação dos cruzeiros marítimos para a temporada 2025/2026. As promoções desses eventos contribuirão consideravelmente para o excelente desempenho do setor.

COMÉRCIO EXTERIOR

Arthur Souza Cruz Júnior
arthurcruz@sei.ba.gov.br

Kailan Matos Pereira
kailanpereira@sei.ba.gov.br

Luciano Bruno Sena Neves
lucianoneves@se.ba.gov.br

O Fundo Monetário Nacional (FMI) avaliou preliminarmente que o crescimento econômico do Brasil deve ser pouco impactado pela tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros.

“É um efeito que está na casa dos decimais, não é um efeito que vai bater 1%, 2% do PIB, é um efeito bem menor do que isso”, afirmou o diretor-executivo do FMI no Brasil, André Roncaglia.¹ Ele acrescentou que a guerra tarifária abre uma oportunidade para o país acomodar esses choques com novos acordos comerciais e com a conclusão do acordo Mercosul-União Europeia.

O Brasil é uma economia fechada, e nossas exportações para os Estados Unidos representam menos de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas, não há engano: o conflito tarifário desencadeado pelo presidente Donald Trump pode ter repercussões negativas de curto, médio e longo prazos sobre nossa economia.

Por isso, as negociações e eventuais medidas de reciprocidade adotadas pelo Brasil devem ser, ao mesmo tempo, firmes na defesa da soberania nacional, diante das inaceitáveis condições americanas, e inteligentes para resguardar os interesses econômicos do país.

Assim como o FMI estimou o impacto no PIB na casa dos decimais, do ponto de vista macroeconômico, as estimativas dos especialistas brasileiros são muito amplas. De um lado, indicam uma perda, em termos de crescimento do PIB, de até 0,3% em 2025 e de até 0,5% em 2026. De outro, apontam impacto mais moderado, de 0,05% no PIB em 2026.

É bem provável que, em grande medida, esses cálculos estejam influenciados pelo que os analistas econômicos acreditam que seja o desfecho mais provável das negociações. Quem aposta que a racionalidade ao final vai prevalecer, em geral, tende a estimar um impacto mais contido. Uma escalada retaliatória, de outro lado, poderia levar a impactos ainda mais severos no PIB.

¹ Ver a respeito: SANT’ANA, Jéssica. Tarifaço deve ter impacto pequeno sobre crescimento da economia brasileira, diz diretor do FMI. *Valor Econômico*, 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/07/17/tarifaco-deve-ter-impacto-pequeno-sobre-crescimento-da-economia-brasileira-diz-diretor-do-fmi.ghml>. Acesso em: 17 jul. 2025.

É inegável que o país tem possibilidade de acomodar esses choques por meio da abertura de novos comércios, aceleração do processo de conclusão do acordo com a União Europeia e tentativa de ampliar a atuação no mercado regional da América Latina, que é onde existe um potencial imenso de ganhos de produtividade e de melhorias de comércio. Mas, evidentemente, o “tarifaço” causa preocupação pela incerteza que está envolvida nesses anúncios. Não sabemos se eles vão ser efetivados ou não. Agora, a incerteza tende a paralisar projetos de investimento. Por isso, é importante que o governo brasileiro dê sinalizações claras no sentido de proteger a economia nacional, a indústria e os setores que são mais afetados por essas medidas.

O efeito do tarifaço na economia global, sem saber exatamente a reação dos países, ainda é mais difícil de mensurar. Por ora, com apenas os anúncios de Trump, o resultado previsto é de que vai ter uma redução do crescimento econômico global com uma elevação da inflação. A questão reside em saber a distribuição desse efeito. Quais países vão ter mais inflação, quais países vão ter menos crescimento, mas, inevitavelmente, a incerteza não é benéfica para os países em desenvolvimento, que sofrem mais com volatilidade cambial.

O superávit comercial do Brasil caiu 28% no 1º semestre, o que levou o governo a reduzir o saldo estimado para o ano. No período, as exportações somaram US\$ 165,7 bilhões, uma perda de 0,75%, e as importações foram de US\$ 135,8 bilhões, aumento de 8,3%. Parte do recuo no saldo ocorreu porque a balança comercial teve déficit de US\$ 471,6 milhões em fevereiro, motivado pela importação de uma plataforma de petróleo.

Com esse resultado, as exportações brasileiras estão ligeiramente abaixo do acumulado do ano passado, mas muito semelhante, mesmo com a queda de preços. O volume é que tem sustentado os embarques este ano, já que tem ocorrido uma redução dos preços internacionais dos bens.

Apesar disso, a previsão da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) é que as exportações tenham um aumento de 1,5% para o ano. Já o saldo da balança comercial deve ter uma queda de saldo de 32,0%. No primeiro semestre, a queda foi de 27,6%.

A redução da projeção reflete os resultados do primeiro semestre e a expectativa de que a queda do saldo prossiga ao longo do ano, com uma desaceleração das exportações provocada principalmente por preços menores, e com um desempenho melhor das importações.

É levado em consideração, nas projeções do governo, um enfraquecimento na demanda mundial, que tem afetado o preço das *commodities*, e o crescimento da economia nacional, que tem apoiado a demanda por insumos e bens de capital importados.

A indústria de transformação foi a única categoria que registrou aumento de exportações no semestre, com alta de 4,7% frente ao mesmo período de 2024, para US\$ 84,51 bilhões.

A agropecuária registrou queda no semestre de 0,58%, para US\$ 39,38 bilhões, seguida pela indústria extrativa com recuo de 11,8%, para US\$ 42,33 bilhões.

Como era esperado, as exportações brasileiras no segundo trimestre tiveram crescimento de 14,8% frente ao primeiro trimestre, devido ao maior escoamento da safra agrícola e aumento de 0,29% frente ao segundo trimestre de 2024.

Quanto às importações, a atividade doméstica tem se mostrado muito intensa, o que justifica o aumento de 8,3% no comparativo interanual semestral. No acumulado dos últimos 12 meses, houve um aumento de 11,3%, o que surpreende e revela resiliência do mercado interno.

Tabela 1
Balança comercial
Bahia – Jan./jun. 2024/2025

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2024	2025	Var. %
Exportações	5.373.909	5.561.119	3,48
Importações	5.623.379	4.532.990	-19,39
Saldo	-249.470	1.028.129	-512,12
Corrente de comércio	10.997.288	10.094.109	-8,21

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 4 jul. 2025. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>

Elaboração: SEI/Distat/CAC

Obs.: importações efetivas, dados preliminares

As exportações baianas somaram US\$ 5,6 bilhões no primeiro semestre do ano, um aumento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2024. Esse percentual modesto está relacionado com a retração dos preços das principais *commodities* exportadas pelo estado (com exceção dos metais preciosos, café e dos derivados de cacau), já que o volume embarcado cresceu bem mais, 11,8% no mesmo período, evitando uma contração dos valores. Os preços internacionais dos bens mais importantes da pauta estadual tiveram uma queda média de 7,4% no período, ante 2024.

O aumento das exportações no semestre continua puxado pela agropecuária (10,5%), com destaque para o incremento nas vendas de café e especiarias (128,2%), derivados de cacau (69,2%), sisal e derivados (31,6%) e milho e derivados (257,3%), dentre os mais importantes.

No segundo trimestre, as exportações baianas mantiveram estabilidade US\$ 2,78 bilhões, em relação ao 1º trimestre, mas com queda de 0,86% na comparação com o segundo trimestre de

2024, influenciada pela queda nos preços, em média de 13,4%. Já as importações somaram US\$ 2,15 bilhões, também com queda de 37,5% no mesmo comparativo, devido à contínua redução no ritmo da atividade econômica, o que resultou numa queda de 37,4% no volume desembarcado, enquanto que os preços registraram, nas médias, leve redução de 0,15%, sempre no comparativo interanual.

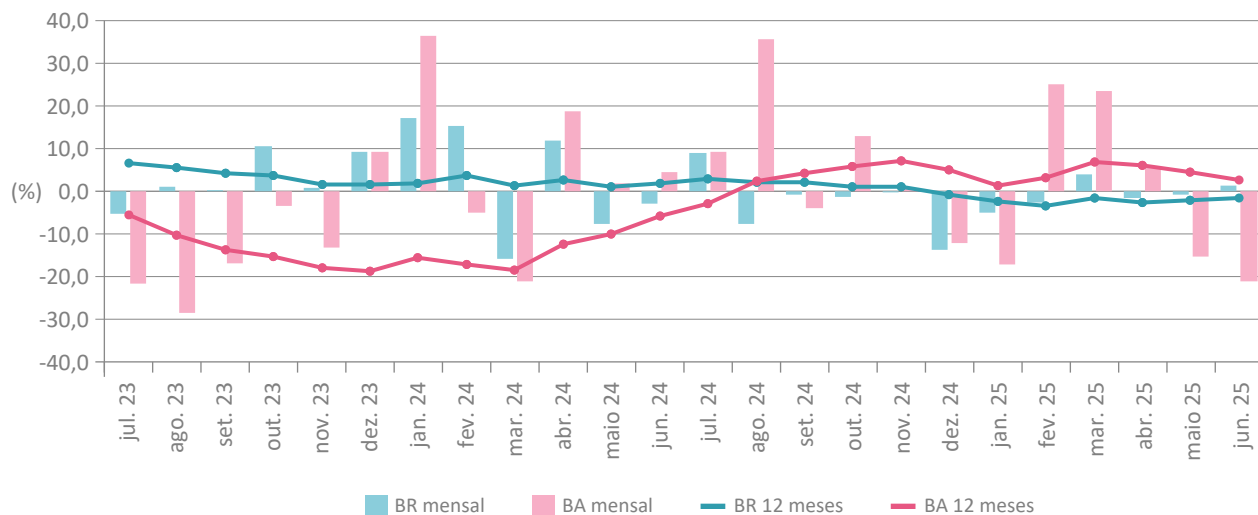
As exportações agropecuárias baianas subiram 10,5% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Algodão, café e derivados de cacau puxaram o desempenho positivo. No caso da indústria extrativa, também houve avanço de 12,9%, puxado pela valorização do ouro no mercado internacional. Já no caso da indústria de transformação, houve queda de 6,1%.

As exportações baianas para a China – principal destino dos produtos baianos, com uma participação no semestre de 23,3% – caíram 4,5% no semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do enfraquecimento dos preços. O volume embarcado para o país, por sua vez, subiu 10,2%. Na mesma base de comparação, as vendas para os EUA também caíram 1,2%, mantendo o déficit para o estado em US\$ 775 milhões no período. A desaceleração de exportação aos EUA pode ser resultado de uma demanda menor ou aumento de preço decorrente da política tarifária.

Para a América do Sul, as exportações baianas tiveram alta de 24,2%, com destaque para o aumento das vendas para a Argentina em 20,4%, motivado pela valorização do cacau e incremento das vendas de pneumáticos e óleo diesel.

Há pelo menos cinco anos, os EUA têm superávit comercial com a Bahia. Apesar da desvantagem baiana – em relação ao Brasil, o déficit com os americanos acontece há 15 anos –, o presidente americano, ignorando qualquer análise técnica, efetivou a taxa de 50% das exportações brasileiras/baianas a partir de 6 de agosto, escalonando para uma crise diplomática. O que era uma situação relativamente confortável para o Brasil, diante da guerra comercial mundial de Trump, se transforma em um imbróglio político que não se sabe onde vai parar, nem e como será a solução.

Gráfico 1
Variação do Comércio Exterior – Exportações
Bahia/Brasil – 2023/2025



Fonte: MDIC/Secex.
 Elaboração: SEI/Distat/CAC.

O impacto das sanções unilaterais impostas pelo governo americano se estende para além da questão comercial. As vendas para os Estados Unidos representaram 7,4% das exportações baianas no ano passado e 8% no primeiro semestre de 2025, com crescimento de apenas 0,9% em 2024 e queda de 1,2% no primeiro semestre, ante o mesmo período de 2024. Mesmo com essa redução, a repercussão da medida do governo americano resvala para a atividade econômica, reduzindo mercado, produção, renda e emprego para os setores que exportam para o país norte-americano como também para o mundo financeiro, agregando volatilidade, sobretudo no mercado cambial. Desta forma, a depender do tempo que durar a peleja, o impacto deixa de ficar restrito a alguns segmentos exportadores para se disseminar pela economia.

A Bahia, embora tenha a China como principal parceiro comercial desde 2012, mantém os Estados Unidos como terceiro maior mercado para suas exportações, tanto em 2024 como no primeiro semestre de 2025, superado por Singapura e Canadá, respectivamente. Em 2024, a China respondeu por 28,2% das vendas externas baianas, e 23,3% no primeiro semestre de 2025.

Em média, vendemos de 3 a 4 vezes mais para a China do que para os EUA. O que diferencia as exportações do mercado americano para o chinês é o seu conteúdo. Ou seja, vendemos mais produtos elaborados (com maior valor agregado) para os EUA do que para a China.

Ainda há tempo de destacar que a tarifa de 50% entrou em vigor em 6 de agosto, mas com lista de exceção que corresponde a 40% da pauta baiana para o país (celulose, derivados de petróleo e sisal).

Produtos químicos com 14% de participação, derivados de cacau com 13%, pneumáticos com 10%, café com 6% e frutas com 5% responderam por 48% das vendas baianas ao país no primeiro semestre do ano. A imposição de uma tarifa de 50% sobre esses produtos tornará as exportações baianas significativamente menos competitivas no mercado norte-americano, podendo levar a uma redução no volume exportado e, conseqüentemente, na produção, nível de atividade, empregos e geração de renda.

A Bahia, que já enfrenta desafios sociais significativos, pode ter esses problemas agravados por uma possível desaceleração econômica em segmentos estratégicos, provocada pelas tarifas. A busca por novos mercados e a diversificação da pauta de exportações, embora necessárias, exigirão tempo e investimentos, o que pode gerar um período de instabilidade para a atividade econômica, embora restrita aos setores mais importantes envolvidos.

Tabela 2
Exportações baianas – principais segmentos
Jan./jun. 2024/2025

Segmentos	Peso (ton)		Var. %	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2024	2025		2024	2025			
Soja e derivados	2.523.568	2.915.467	15,53	1.132.669	1.111.732	-1,85	19,99	-15,04
Petróleo e derivados	1.962.316	2.104.312	7,24	1.153.361	1.077.006	-6,62	19,37	-12,92
Papel e celulose	1.547.425	1.566.113	1,21	718.547	694.413	-3,36	12,49	-4,51
Metais preciosos	329	326	-1,01	337.038	461.121	36,82	8,29	38,21
Algodão e seus subprodutos	203.227	248.816	22,43	385.950	398.608	3,28	7,17	-15,64
Químicos e petroquímicos	333.243	275.989	-17,18	462.137	346.460	-25,03	6,23	-9,48
Café e especiarias	41.861	52.251	24,82	139.453	318.330	128,27	5,72	82,88
Cacau e derivados	21.246	26.285	23,72	179.780	304.133	69,17	5,47	36,74
Minerais	282.261	462.833	63,97	340.609	306.420	-10,04	5,51	-45,14
Metalúrgicos	74.765	90.372	20,87	116.903	114.319	-2,21	2,06	-19,10
Borracha e suas obras	17.621	16.201	-8,06	98.444	90.900	-7,66	1,63	0,43
Demais segmentos	52.779	60.452	14,54	48.686	66.742	37,09	1,20	19,69
Total	7.193.206	8.042.690	11,81	5.373.909	5.561.119	3,48	100,00	-7,45

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 4 jul. 2025. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

A evolução de preços de *commodities*, que tem mostrado tendência de queda, é um dos riscos para o desempenho das exportações estaduais esperado em 2025.

No acumulado do ano até junho, em relação ao mesmo período de 2024, a queda chegou a 7,4%, com redução em praticamente todas as *commodities* exportadas pelo estado, com exceção do café, dos derivados de cacau e do ouro.

A soja e seus derivados permaneceram na liderança da pauta, mesmo com uma queda em seus preços médios no semestre em 15,0%, no comparativo anual. Os embarques do setor, contudo, avançaram também 15,5% no período, resultado da boa safra colhida desde meados do ano. Ainda assim, as receitas tiveram recuo de 1,9%, comparadas ao mesmo período de 2024.

Nos derivados de petróleo houve aumento de 7,2% no volume embarcado, mas o setor amargou queda nos preços médios resultando em redução do valor exportado em 12,9% (US\$ 1,08 bilhão). O recrudesimento das tensões na relação comercial entre os Estados Unidos e a UE pesaram sobre o mercado. Na Intercontinental Exchange (ICE), o barril do petróleo tipo *Brent* para entrega em setembro fechou em queda de 0,35%, a US\$ 69,28 por barril. Já na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para agosto perdeu 0,30%, a US\$ 67,34 por barril.

No setor de papel e celulose, os embarques tiveram crescimento de 1,2% no semestre, enquanto os preços médios caíram 4,5%. O Brasil é responsável por cerca de 83% da celulose importada anualmente pelos EUA. O setor ficou isento da sobretaxa de 50% e não deve ter maiores impactos no curto prazo, sem desistências ou cancelamentos de pedidos.

A indústria extrativa cresceu 13% em receitas no semestre, no rastro da valorização do ouro no mercado internacional. O setor de mineração pode reavaliar para baixo seus investimentos no Brasil até 2029, em razão do anúncio recente pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.

No setor químico/petroquímico, os embarques caíram 17,2%, os preços 9,5% e as receitas 25,0%. O setor químico, à semelhança do que ocorre no país inteiro, vem sofrendo com a redução da demanda externa e a entrada de concorrentes no mercado. O setor químico e petroquímico contribuiu negativamente nos resultados da indústria baiana, principalmente em razão da menor fabricação de bens químicos de uso industrial.

De modo geral, o segmento foi afetado pela menor demanda externa e pela entrada de novas capacidades de produção, especialmente de PVC – policloreto de vinila – em outros países. Houve também aumento nos custos de matérias-primas – da nafta e do gás natural. No mercado externo, esse segmento continua enfrentando dificuldades para competir, o que tem provocado paralisação de unidades produtivas dentro do estado. O anúncio do “tarifaço” de Donald Trump introduziu mais incertezas no mercado.

As exportações para a China, principal destino dos produtos baianos, teve queda no semestre de 4,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior (soja, celulose, minério de níquel e algodão puxaram a baixa). Por sua vez, as vendas totais para a Ásia acusaram crescimento de 4%.

Na mesma base de comparação, as vendas para a América do Norte subiram 11%, (para os EUA apenas 1,2%), enquanto para a América do Sul e Mercosul subiram 27% e 21,7%, respectivamente, principalmente de derivados de cacau, óleo diesel e café. Para a União Europeia, as vendas externas do estado, no primeiro semestre, tiveram recuo de 2,2%, puxado por soja e derivados, químicos, frutas e minério de cobre.

Importação

As importações alcançaram US\$ 4,53 bilhões no primeiro semestre, também com recuo de 19,4% devido à redução no ritmo da atividade econômica, o que resultou numa queda de 24,7% no volume desembarcado, enquanto que os preços subiram em média 7%, todos no comparativo interanual.

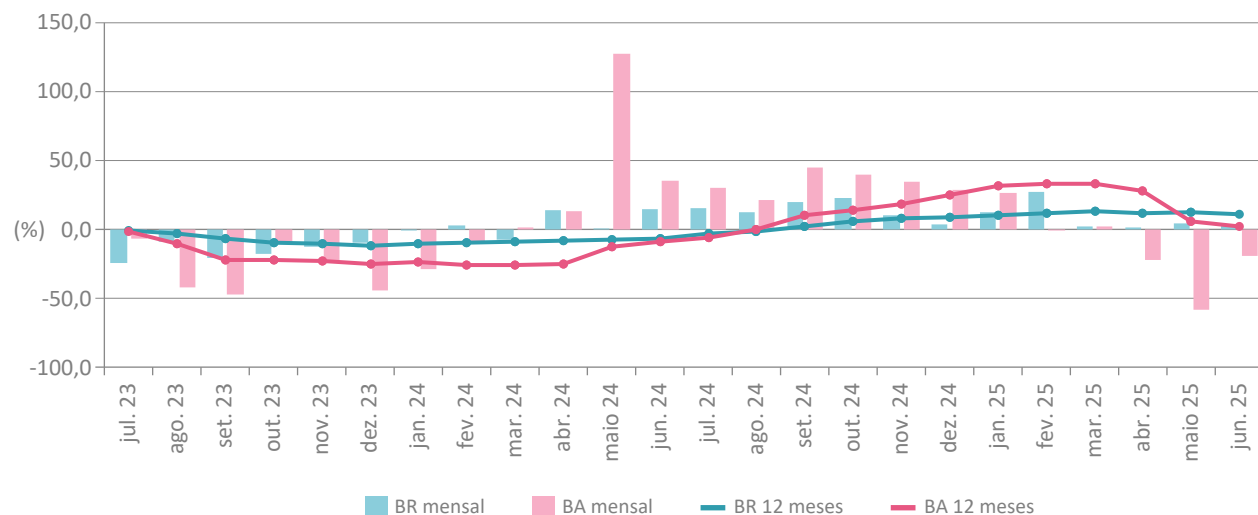
O destaque nas importações do acumulado do ano vai para as compras de bens de capital, que saltaram 80,6%, atingindo US\$ 415,1 milhões. O dinamismo pode estar relacionado a uma maior demanda local por equipamentos, em investimentos de infraestrutura e industriais de longo prazo.

No segundo trimestre, as importações recuaram 37,5% em relação ao mesmo período de 2024, devido à contínua redução no ritmo da atividade econômica, o que resultou numa queda de 24,7% no volume desembarcado, enquanto que os preços tiveram leve recuo, na média em 0,15%, sempre no comparativo interanual.

As importações no semestre foram encabeçadas pelos bens intermediários, com aumento de 5,8% no comparativo interanual e 65,4% de participação. Cacau em grão, fertilizantes, óleo de palmiste, pasta de cacau e trigo são os principais insumos importados no trimestre.

As compras de bens de capital, indicador de dinamismo na atividade econômica, estimuladas pela redução de preços, somaram US\$ 415,1 milhões no primeiro semestre, com aumento de 80,6%. Essas aquisições devem ser festejadas como indicativo de aumento dos investimentos, geralmente baixos, tanto no país quanto no estado, embora a manutenção do ciclo de alta da Selic tenda a tirar força desse processo.

Gráfico 2
Variação do Comércio Exterior – Importações
Bahia/Brasil – 2023/2025



Fonte: MDIC/Secex.
 Elaboração: SEI/Distat/CAC.

No semestre, as importações aumentaram em três das quatro categorias econômicas. A exceção foi combustível, com queda de 57,8%, sempre comparado a igual período do ano anterior.

As importações de origem chinesa cresceram 80,8% no semestre em valor e 74,5% em volume. Esse país desponta agora como o segundo maior fornecedor de bens para o estado, principalmente de células fotovoltaicas, fertilizantes e máquinas e equipamentos. O país asiático respondeu, no semestre, por 14,8% das compras baianas do exterior. A compra de produtos chineses tem aumentado no sentido contrário às compras gerais do estado, com alta forte dos volumes e valorização em média de 3,4% nos preços

Tabela 3
Importações baianas por categoria de uso
Jan./jun. 2024/2025

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2024	2025	Var. %	Part. %
Bens intermediários (BI)	2.802.075	2.965.984	5,85	65,43
Combustíveis e lubrificantes	2.514.704	1.061.826	-57,78	23,42
Bens de capital (BK)	229.828	415.137	80,63	9,16
Bens de consumo (BC)	76.225	86.100	12,96	1,90
Bens não especificados anteriormente	547	3.991	629,58	0,09
Total	5.623.379	4.533.038	-19,39	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 4 jul. 2025. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>

Elaboração: SEI/Distat/CAC

Obs.: importações efetivas, dados preliminares

O superávit comercial da Bahia, no primeiro semestre, chegou a US\$ 1,03 bilhão, contra um déficit de US\$ 249,5 milhões em igual período do ano passado. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 10,09 bilhões, com uma retração de 8,2%.

Finanças PÚBLICAS

Gabriel Oliveira Barbosa
gabrielbarbosa@sei.ba.gov.br

Marília Jane Dourado Campos
mariliajane@sei.ba.gov.br

Cenário Internacional: Instabilidade e Desafios

O cenário internacional tem sido influenciado pela estratégia do novo governo dos EUA. A fim de recuperar empregos, especialmente em setores tradicionais, os quais apoiaram fortemente a candidatura Trump, a direção tomada tem sido lidar com um câmbio mais fraco, corte expressivo de gastos combinado com diminuição de tributos dos mais ricos e uma agressiva política tarifária no que se refere ao comércio internacional.

Nos primeiros seis meses do ano, notamos que os resultados parecem contraditórios. Sobretudo, há uma ampliação da instabilidade tanto interna quanto externa, sem, contudo, exibir resultados econômicos significativos. A incerteza, somada à continuidade de pressões inflacionárias (oriundas, em parte, das próprias tarifas), levou o banco central estadunidense a ter mais cautela na política de juros, ainda que os números do emprego fornecidos pelo *payroll* (pesquisa de mercado de trabalho estadunidense) tenham sido abaixo do esperado.

Dessa maneira, no âmbito da política fiscal, houve uma ligeira piora no déficit orçamentário dos EUA. A elevação do custo da dívida e menor taxação dos ricos pesaram mais no resultado que os cortes de gastos somados ao expressivo aumento das receitas das tarifas de importação. Os ganhos esperados na arrecadação, que seriam oriundos de uma maior atividade econômica após cortes de impostos, mostraram-se insuficientes.

Na Europa, seguimos com o cenário de pressões políticas contraditórias. De um lado, pressões para um movimento de consolidação fiscal, de outro, pressões para elevação dos gastos com defesa – especialmente signatários da OTAN – e para estímulos econômicos devido ao baixo crescimento e perda de protagonismo – sobretudo para a Ásia.

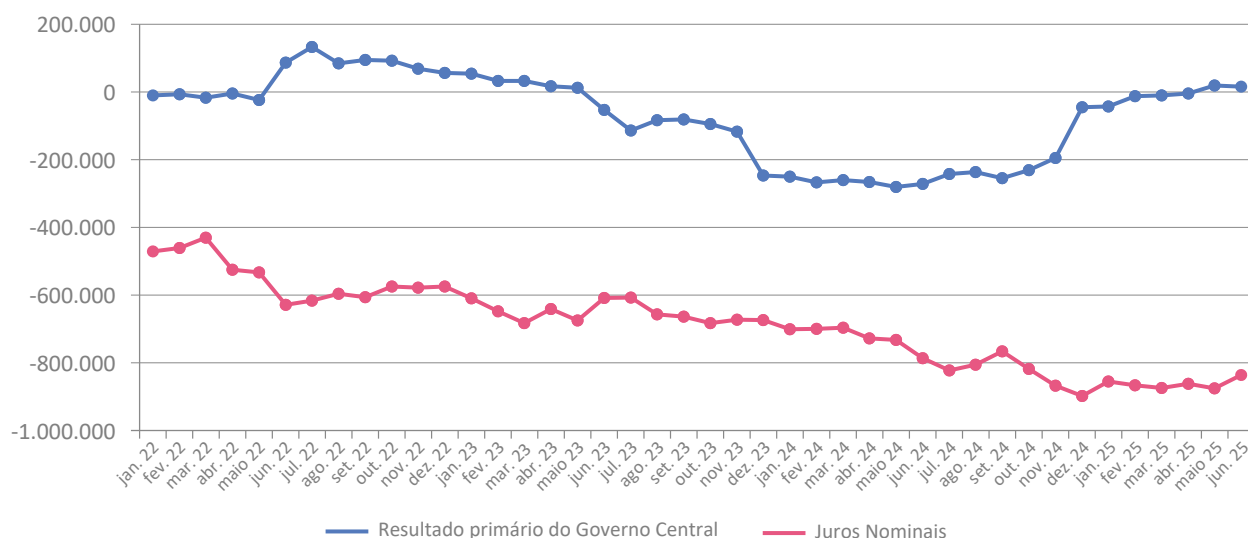
Os países do Sul global apresentam comportamento mais heterogêneo. De um modo geral, asiáticos exibem déficits fiscais mais elevados, combinados com taxas de juros muito baixas. Na América Latina, muitos países fazem o oposto, sendo o caso mais radical a Argentina, que realizou um corte drástico de despesas. A medida levou à reversão do resultado fiscal – antes bastante deficitário –, agora exibindo superávit. Por outro lado, a ampliação da pobreza foi também significativa, além de trimestres seguidos de queda de PIB. Recentemente, tem exibido recuperação, todavia pouco expressiva a considerar a base baixa.

BRASIL – ABORDAGEM GRADUALISTA EM DIREÇÃO À CONSOLIDAÇÃO FISCAL

Observando-se a trajetória do resultado fiscal primário, notamos um comportamento firme dentro de uma estratégia estabelecida – sem entrar no mérito da qualidade ou efetividade de tal estratégia.

Na série do acumulado de 12 meses, mostrada no Gráfico 1 a seguir, percebemos que, a partir de junho de 2023, houve uma reversão do superávit que marcou o último ano da gestão anterior. A reversão se deve à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição – que visava recuperar programas de governo finalizados ou subfinanciados durante os anos anteriores – e do pagamento de precatórios – suspenso temporariamente em 2022 após decisão do Conselho de Justiça Federal. Com a PEC da transição e o pagamento dos precatórios acumulados, o déficit fiscal primário, em 2023, ficou em cerca de 2% do PIB, por isso nota-se, na trajetória do acumulado de 12 meses, a queda na curva do resultado fiscal do governo central a partir da segunda metade de 2023.

Gráfico 1
Resultado fiscal primário e juros nominal
Brasil – jan. 2022 – jun. 2025



Fonte: Elaboração própria. Dados do Tesouro Nacional.

Após essa recuperação das despesas, a estratégia do governo para consolidação fiscal foi adotar uma abordagem gradualista de ajuste. Além disso, combinou políticas de aumento da base fiscal (revendo parte dos benefícios fiscais) e de redução de despesas (a partir de um conjunto de regras fiscais que ficou conhecido como “novo arcabouço fiscal” e substituiu a antiga regra do teto de gastos).

A partir do início do ajuste – início de 2004 –, notamos, novamente, após três semestres, a linha do “lado positivo” do gráfico. Ainda que não seja um robusto superávit, o resultado se encontra dentro da margem estabelecida pelo novo arcabouço.

Com a melhora do resultado fiscal, o governo esperava que a percepção de risco dos agentes do mercado se suavizasse, reduzindo assim os juros. Essa compreensão está nos cânones da teoria macroeconômica *mainstream*, fundamentada nos teóricos das expectativas racionais e da escolha pública. No entanto, pelo mesmo gráfico, notamos que o montante pago em juros nominais (em vermelho, quanto mais negativo, maior o montante pago) cresce tendencialmente desde o início da série (janeiro de 2022), a despeito dos períodos de melhora e piora do resultado primário. Esse comportamento já foi destacado em boletins anteriores.

Nota-se, inclusive, que o crescimento se acelera em fases de alta especulação, sendo assim mais motivado por expectativas que por resultados concretos. Por exemplo, no segundo trimestre de 2022, as projeções do mercado para inflação, dólar e juros se deterioraram. O crescimento dos juros nominais pagos se acelerou, a despeito do fato que, logo no trimestre seguinte, termos o pico positivo da série exibida do superávit primário.

Caso muito semelhante ocorreu recentemente no quarto trimestre de 2024, já sob novo governo. Houve novamente um movimento especulativo, causando piora nos índices de inflação, câmbio e juros futuros. Novamente o governo respondeu com aperto fiscal e elevações da Selic. Novamente os juros nominais se estabilizaram, após uma aceleração inicial, e jamais recuaram novamente.

Nota-se que diferentes administrações reagiram de forma semelhante e “canônica” aos movimentos especulativos, tendo também respostas semelhantes por parte do mercado. Assim, os juros nominais pagos são levados a um novo patamar a cada episódio de “crise”. Tal comportamento é visto pelos economistas críticos ao cânone tradicional como evidência de um caráter muito mais arbitrário e oportunista do que racional por parte dos detentores da dívida pública.

Em relação ao resultado acumulado nesse primeiro semestre de 2025, o governo central atingiu um déficit de R\$ 11,5 bilhões, ante um déficit de R\$ 67,4 bilhões no mesmo período do ano anterior, corroborando a análise anterior. Houve uma sensível melhora no superávit do Tesouro Nacional (39,4% em termos reais), assim como queda nos déficits do Banco Central e da Previdência Social. Com isso, o déficit primário caiu 86,4% no mesmo comparativo. Um resultado bastante relevante.

Tabela 1
Panorama geral do resultado do Tesouro Nacional
Brasil – Jan.-jun. 2024/2025

Discriminação	Jan.-jun.		Variação (2025/2024)		
	2024	2025	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita total	1.309.453,3	1.423.635,1	114.181,8	8,7%	3,4%
2. Transf. por rep. da receita	257.059,1	285.413,0	28.353,9	11,0%	5,5%
3. Receita líquida (I-II)	1.052.394,2	1.138.222,1	85.827,9	8,2%	2,8%
4. Despesa total	1.119.767,0	1.149.682,2	29.915,2	2,7%	-2,4%
5. Resultado primário do Gov. Central (III-IV)	-67.372,8	-11.460,1	55.912,7	-83,0%	-86,4%
Res. do Tesouro Nacional	131.117,7	192.263,5	61.145,8	46,6%	39,4%
Resultado do Banco Central	-269,2	-69,3	199,9	-74,3%	-75,5%
Res. da Previdência Social	-198.221,4	-203.654,3	-5.432,9	2,7%	-2,4%

Fonte: Tesouro Nacional.

Na comparação entre o primeiro semestre de 2025 e o mesmo período do ano anterior, a receita líquida do RGPS segue crescendo a taxas superiores ao crescimento das despesas com benefícios previdenciários. Com isso, houve queda real do déficit da Previdência Social de 2,4%.

Os benefícios previdenciários cresceram a uma taxa real de 1,6%, fruto da elevação de beneficiários e, principalmente, do reajuste real do salário mínimo. As receitas líquidas do RGPS, por sua vez, cresceram à taxa real de 4,2% – explicado pelo acréscimo real de 6,7% da massa salarial habitual, do saldo positivo do Caged e do aumento real de 5,2% na arrecadação do Simples Nacional.

Destacam-se, no campo das receitas, o aumento real da arrecadação do imposto de importação (29,2%) – creditado ao aumento do volume das importações, à depreciação cambial e à elevação da alíquota média efetiva em 11,2% – e a arrecadação do imposto sobre a renda – explicado majoritariamente pelos componentes IRRF Rendimentos do Trabalho e pelo IRRF Residentes no Exterior.

Ainda no campo das receitas, houve queda da receita com dividendos e participações de 36,3% em termos reais, resultado da redução dos pagamentos de dividendos por parte da Petrobras e BNDES. Na contramão, houve crescimento significativo das receitas com exploração de recursos naturais, fruto principalmente da depreciação cambial, que incrementou o valor dos *royalties* e da participação especial.

Ainda podemos destacar, desta vez no âmbito das despesas, o aumento real do BPC da LOAS/RMV, de 10,8%, explicada pela expansão de beneficiários e pelo reajuste real do

salário mínimo e a queda real de 82,1% dos créditos extraordinários, resultado influenciado principalmente pelas despesas incorridas em resposta à situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024, que não se repetiram este ano.

O custeio administrativo, que exibía uma tendência de crescimento em 2024, agora apresenta leve tendência de queda, beirando a estabilidade. Em junho, o resultado acumulado dos últimos 12 meses caiu 0,06% em relação ao mês passado. É o quarto mês consecutivo de queda nesse tipo de comparação.

De volta às receitas, particularmente à receita tributária, observa-se que a composição da arrecadação, por tipo de tributo, apresenta certa alteração nos últimos três anos, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 2
Receita tributária RFM – Valores referentes a jun.
Acumulado de 12 meses – 2023-2025

Valor acumulado em 12 meses, corrigido (IPCA)	2023	2024	2025
Tributos sobre consumo	532.314,1	604.799,9	676.375,3
Tributos sobre renda corporativa	491.102,4	453.733,6	475.047,5
Tributos sobre renda de pessoa física e retido na fonte	458.374,4	509.371,6	548.277,1
Tributos sobre serviços financeiros e outras receitas	105.442,9	103.365,8	121.902,6
Composição	(%)	(%)	(%)
Tributos sobre consumo	33,54	36,19	37,13
Tributos sobre renda corporativa	30,94	27,15	26,08
Tributos sobre renda de pessoa física e retido na fonte	28,88	30,48	30,10
Tributos sobre serviços financeiros e outras receitas	6,64	6,18	6,69

Fonte: elaboração própria. Dados do Tesouro Nacional.

Do total da receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB), houve um crescimento mais acelerado da arrecadação oriunda da tributação sobre o consumo comparado com a média. Dessa maneira, a receita desse tipo de tributo, que representava cerca de um terço da receita administrada pela RFB em junho de 2023, hoje representa mais de 37%. A receita com o conjunto de tributos que incluem o IRPF e o IRRF também subiu num ritmo maior que os demais, a despeito das correções de tabela ocorridas nesses últimos anos e, conseqüentemente, também ganhou participação no total.

O motivo do crescimento da participação desses dois grupos pode estar nas escolhas do governo em sua estratégia de aumento das receitas, bem como no saldo nas derrotas e vitórias de suas proposições ao congresso. O aumento das receitas é oriundo principalmente do aumento da base fiscal de impostos como o IPI e rendas no exterior. Ou seja, alguns

grupos de indivíduos ou setores antes isentos, ou que recebiam incentivo na produção ou nos seus investimentos no exterior, os perderam, a partir de algumas medidas adotadas pelo Executivo ou votadas no Congresso.

De modo geral, o aumento das receitas tributárias como um todo é oriundo majoritariamente desse tipo de medida – redução de isenções. Uma menor parte é oriunda de aumentos de alíquota, que ocorreram de maneira bastante pontual.

Por último, podemos destacar que, segundo o Painel das Emendas Parlamentares da CGU, tivemos uma diminuição de R\$ 7,31 bilhões (66,17%) nas emendas parlamentares no primeiro semestre de 2025, com relação ao mesmo período de 2024. A queda foi especialmente acentuada nas chamadas emendas individuais, que caíram mais de R\$ 7,0 bilhões (ou 72,82%).

No painel, no entanto, ainda não constam as emendas de comissão nem as de relator, justamente as mais questionadas em aspectos técnicos e de transparência. De todo modo, os órgãos de controle, bem como o Supremo Tribunal Federal, têm se esforçado em dar limites a esse tipo de despesa, a qual tem crescido sua participação no orçamento de forma agressiva nos últimos anos, como já abordado em boletins anteriores.

Bahia – sinais de desaceleração e política anticíclica

No cenário estadual, tivemos uma queda real de 6,80% das receitas no segundo trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal queda foi puxada pela receita corrente (10,16%). As receitas de capital, por sua vez, tiveram significativo aumento, de 287,07% no mesmo comparativo. As últimas têm uma natureza mais volátil mas, ainda assim, é válido o destaque por conta da magnitude da variação. As operações de crédito representaram 79,19% do montante das receitas de capital neste trimestre.

No semestre, a queda registrada nas receitas correntes é menor, de 1,96%. As quedas no semestre e, principalmente, no trimestre, são bastante influenciadas pela decisão judicial (precatórios) relativas ao Fundef, que gerou uma transferência atípica de recursos federais para o estado em abril de 2024. A receita com os precatórios do Fundef gerou um aumento anormal da rubrica transferências correntes, provocando o efeito estatístico, como vemos na tabela a seguir.

Tabela 3
Composição das receitas correntes
Bahia – 2º trim. 2024 / 2º trim. 2025

Descrição	2024	2025	Variação (%)
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	11.775.670.781,83	12.069.049.792,00	2,49%
Contribuições	989.786.915,84	1.080.335.814,26	9,15%
Transferências correntes	10.616.060.541,92	7.510.873.768,79	-29,25%
Outros	1.083.604.336,98	1.318.040.136,90	21,63%

Fonte: elaboração própria. Dados da Sefaz-BA.

Dentro das transferências correntes, mais uma evidência do evento atípico é o fato do principal componente, a receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE), seguir exibindo trajetória ascendente. No mês de junho de 2025, ela apresentou crescimento de 6,8% em relação a junho de 2024.

Ainda podemos perceber na Tabela 3 que, exceto pelas transferências, todos os elementos que compõem as receitas correntes exibiram crescimento real, ou seja, há crescimento da receita de impostos e taxas, bem como das contribuições. O crescimento da receita tributária, por sua vez, é resultado da relativa estabilidade da arrecadação de ICMS – refletindo a queda da atividade econômica – e dos fortes aumentos na receita dos impostos sobre a renda e das taxas pelo exercício de poder de polícia (TPP).

Tabela 4
Composição da receita tributária
Bahia – 2º trim. 2024 / 2º trim. 2025

Descrição	2024	2025	Variação (%)
Impostos sobre o patrimônio	548.876.638,16	566.822.358,61	3,27%
Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	936.195.368,71	1.078.753.399,50	15,23%
Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	9.764.536.502,64	9.784.732.135,69	0,21%
Taxas p/ exercício do poder de polícia - TPP	255.326.774,89	361.667.700,15	41,65%
Taxas p/ prestação de serviços - TPS	270.735.497,43	277.074.198,05	2,34%

Fonte: elaboração própria. Dados da Sefaz-BA.

O imposto sobre a renda que o estado retém é o IRRF – Trabalho, que teve sua receita bastante elevada no período. É um imposto federal, todavia, os estados retêm o imposto recolhido por todos os contribuintes que se enquadram como órgãos da administração pública direta e de suas autarquias e fundações. Portanto, a elevação se deve ao aumento da massa de rendimento dos servidores dessas entidades. A TPP, por sua vez, é um tributo que financia

a atividade fiscalizatória da administração pública. O reajuste da taxa, em 4,87% este ano, pode explicar parte da variação positiva.

Já as despesas do governo baiano cresceram, em termos reais, 1,24% no trimestre e 3,99% no semestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento é liderado pelas despesas de capital, que apresentaram elevação de 10,50% no semestre, enquanto que as despesas correntes cresceram 3,47%.

Por sua vez, na decomposição por grupo, notamos que o crescimento das despesas de capital foi capitaneado pelas inversões financeiras (193,60%) e pelas amortizações de dívida (22,20%). O principal componente das despesas de capital, o investimento, sofreu retração de 13,26%.

Quadro 1
Despesa por grupo
Bahia – 2º trim. 2023 / 2º trim. 2024 / 2º trim. 2025

Grupo	Descrição	2023	2024	2025
6	Amortização da dívida	455.467.404,53	424.796.846,64	530.339.096,55
5	Inversões financeiras	222.915.474,23	213.162.352,46	551.363.593,86
4	Investimentos	2.546.145.972,66	1.573.503.496,60	1.543.866.248,09
2	Juros e encargos da dívida	330.233.234,92	347.295.410,98	412.657.680,38
3	Outras despesas correntes	8.058.689.539,47	6.317.919.836,25	6.680.337.907,80
1	Pessoal e encargos sociais	8.539.594.889,68	10.191.918.853,70	9.585.875.032,88
Total geral		20.153.046.515,48	19.068.596.796,64	19.304.439.559,57

Fonte: elaboração própria. Dados da Sefaz-BA.

Enquanto os investimentos referem-se a despesas realizadas com a aquisição de novos ativos, as inversões financeiras referem-se às realizadas com a aquisição de ativos já em uso. Essa mudança de padrão é possivelmente conjuntural, mas vale ser observada nos próximos trimestres por ter sido bastante generalizada. Sete funções de despesa apresentaram queda nos investimentos concomitantemente a uma subida nas inversões financeiras, ilustrando a tendência; são elas: Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Saúde, Educação, Comércio e Serviços, Transporte e Desporto e Lazer.

O aumento das amortizações da dívida está possivelmente ligado à mudança de padrão de financiamento público do desenvolvimento estadual, já abordado em boletins passados. Há uma tendência nos últimos anos de aumento das inversões públicas – sejam reais (investimento) ou financeiras – financiadas via operações de crédito (ou seja, dívida). A contrapartida do incremento das inversões por meio de endividamento é o crescimento de despesas com amortizações, juros e encargos da dívida.

Não coincidentemente, as despesas com juros e encargos da dívida foram as que mais cresceram dentro do cômputo das despesas correntes, 14,08% na comparação entre o primeiro semestre de 2025 e o mesmo período do ano anterior, em termos reais. As despesas com pessoal e encargos sociais caíram 0,78% e as outras despesas correntes tiveram elevação de 9,27%.

Na análise das despesas por função, é pertinente observar a trajetória do acumulado de quatro trimestres corrigido pelo IPCA para diluir possíveis efeitos sazonais, especialmente em funções de despesa que fazem inversões de grande montante. Em tal comparativo, destacaram-se nesse segundo trimestre as quedas na educação (-8,5%), habitação (-34,70%) e desporto e lazer (-8,58%). Pelo lado positivo, destacam-se os incrementos nas funções gestão ambiental (7,16%), indústria (8,06%) e energia (25,21%).

A combinação de queda nas receitas e alta das despesas se traduziu em uma piora do resultado fiscal primário do estado no semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior. Ainda assim, ele foi superavitário em R\$ 1,29 bilhões, acima da meta estipulada.

A queda das receitas correntes e especialmente o fraco desempenho do ICMS, combinado com o aumento das inversões (inversões financeiras mais investimento) e do endividamento, são sinais de uma queda da atividade econômica, sendo respondida pelo governo. Importante observar nos próximos meses se as receitas se recuperarão.

SALVADOR

A Prefeitura de Salvador apresentou uma ligeira melhora no seu resultado fiscal. As receitas totais tiveram queda nominal de R\$ 375,11 milhões (-6,08%) no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2024, mais que compensadas por uma queda nominal de R\$ 461,67 milhões (-8,01%) nas despesas.

A queda da receita total se deve às menores receitas de capital do período – queda nominal de 77,07%. A variação negativa foi generalizada por todos os seus componentes – transferências, alienação de bens, amortizações de empréstimos, operações de crédito e outras –, nenhuma delas caindo menos de 66,00%.

O movimento das receitas correntes foi na direção oposta, tendo todos os seus componentes crescendo, exceto a receita de serviços (-2,22%). Por outro lado, a principal componente, a receita tributária, apesar de ter se elevado, foi a uma taxa nominal reduzida, de 1,16%, significando perda real. Contribuições, receita patrimonial e transferências cresceram a taxas reais positivas. O total das receitas correntes obteve incremento nominal de 3,90%.

As despesas de capital caíram num ritmo maior que o da despesa total. Apesar do crescimento expressivo das amortizações de dívida (62,00%), os investimentos e as inversões financeiras (rubricas de valor mais expressivo dentro das despesas de capital) sofreram quedas de 30,70% e 44,26%, respectivamente, todos em taxas nominais.

Aqui podemos perceber um comportamento distinto entre o estado e o município em resposta à queda de receitas, oriunda da menor atividade econômica – bem ilustrada pela queda da receita de impostos nos dois entes federados. Enquanto o Estado aumentou as suas despesas de capital, sua capital as reduziu drasticamente. Enquanto o Estado aumentou seu endividamento, Salvador procurou reduzi-lo.

As diferentes estratégias não necessariamente partem de entendimentos distintos de política econômica. A razão da diferença pode estar na maior capacidade, em geral, dos estados para realizar investimentos em relação aos municípios. As políticas anticíclicas costumam ser capitaneadas pelos entes maiores.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

João Paulo Caetano Santos
joaopaulo@sei.ba.gov.br

Denis Veloso
dveloso@sei.ba.gov.br

Carol Vieira
carolvieira@sei.ba.gov.br

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado apresentou expansão de 2,1% no segundo trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024. Na série com ajuste sazonal, que compara o desempenho do segundo trimestre de 2025 com o trimestre imediatamente anterior, verificou-se alta de 0,3%. No acumulado do primeiro semestre do ano (janeiro a junho), a elevação foi de 2,7%. Já na taxa anualizada, referente aos últimos 12 meses, a variação positiva alcançou 2,8%.

Tabela 1
PIB trimestral
Bahia – 2025(1)

Períodos	Taxas (%)
2º trim. 2025/2º trim. 2024	+2,1
2º trim. 2025/1º trim. 2025 (sazonal)	+0,3
1º sem. 2025 (janeiro a junho)	+2,7
Acumulado 12 meses	+2,8

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Nota: (1) Dados sujeitos a retificação.

PIB em valor corrente

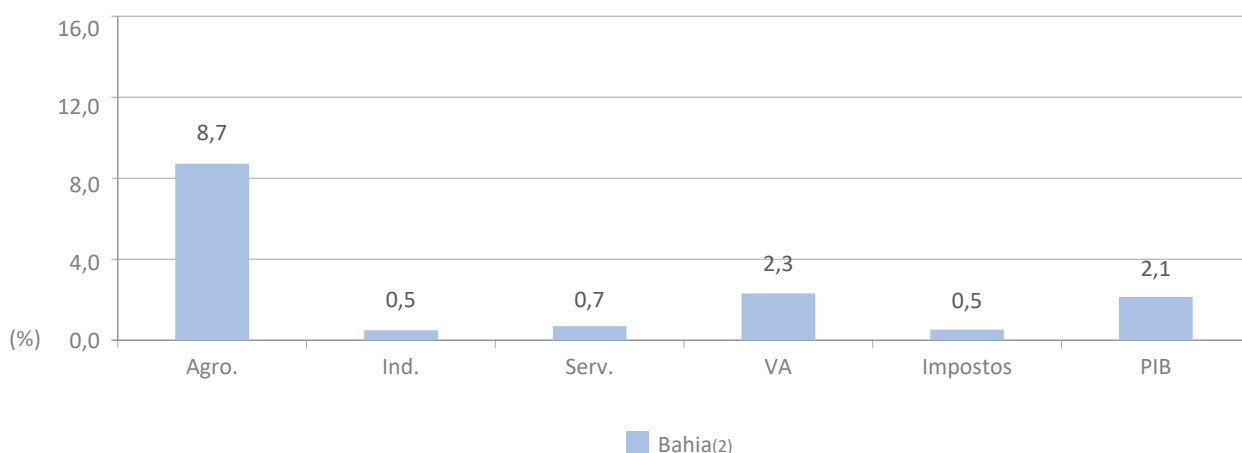
No segundo trimestre de 2025, o PIB da Bahia totalizou R\$ 141,7 bilhões, dos quais R\$ 129,7 bilhões corresponderam ao valor adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 12,0 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Entre os grandes setores da economia, a agropecuária registrou VA de R\$ 28,7 bilhões, a indústria alcançou R\$ 25,5 bilhões e os serviços somaram R\$ 75,5 bilhões.

No acumulado de janeiro a junho, o PIB estadual atingiu R\$ 279,4 bilhões, sendo R\$ 251,1 bilhões provenientes do valor adicionado e R\$ 28,3 bilhões dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Nesse período, a agropecuária acumulou VA de R\$ 33,9 bilhões, a indústria R\$ 64,0 bilhões e os serviços R\$ 153,2 bilhões.

2º TRIMESTRE 2025 / 2º TRIMESTRE 2024

Segundo a SEI, o PIB da Bahia cresceu 2,1% no segundo trimestre de 2025 frente ao mesmo intervalo de 2024. O valor adicionado avançou 2,3%, enquanto os impostos sobre produtos líquidos de subsídios aumentaram 0,5%. Todos os grandes setores apresentaram desempenho positivo: agropecuária (+8,7%), indústria (+0,5%) e serviços (+0,7%) (Gráfico 1).

Gráfico 1
Variação dos setores do Produto Interno Bruto
Bahia – 2º trim. 2025(1)



Fonte: SEI/IBGE (2025).

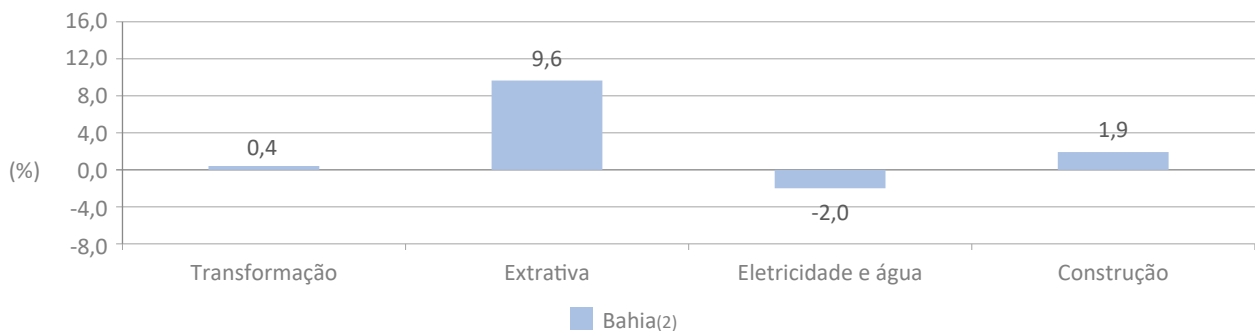
Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) Variação no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) Dados sujeitos a retificação.

A agropecuária avançou 8,7% em volume, impulsionada pelo desempenho das culturas de *soja*, *milho*, *algodão*, *mandioca* e *café*. A indústria cresceu 0,5%, com alta em três atividades industriais – transformação (+0,4%), extrativa (+9,6%) e construção (+1,9%) – enquanto eletricidade e água recuaram (-2,0%) (Gráfico 2).

Gráfico 2
Variação das atividades da Indústria
Bahia – 2º trim. 2025(1)



Fonte: SEI/IBGE (2025).

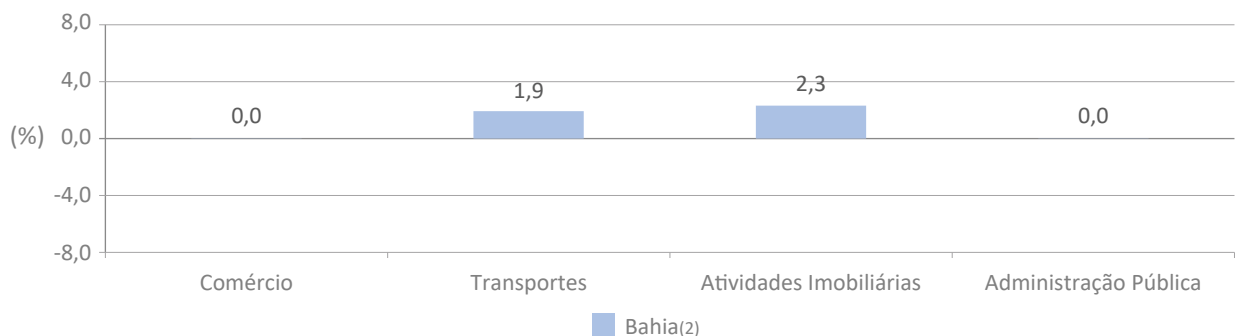
Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) Variação no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) Dados sujeitos a retificação.

Nos serviços, houve crescimento de 0,7%. Destacaram-se as atividades imobiliárias (+2,3%) e o transporte (+1,9%). Já a administração pública e o comércio permaneceram estáveis (+0,0%), enquanto o agrupamento de outros serviços¹ avançou 1,2% (Gráfico 3).

Gráfico 3
Variação das atividades de Serviços
Bahia – 2º trim. 2025(1)



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) Variação no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior.

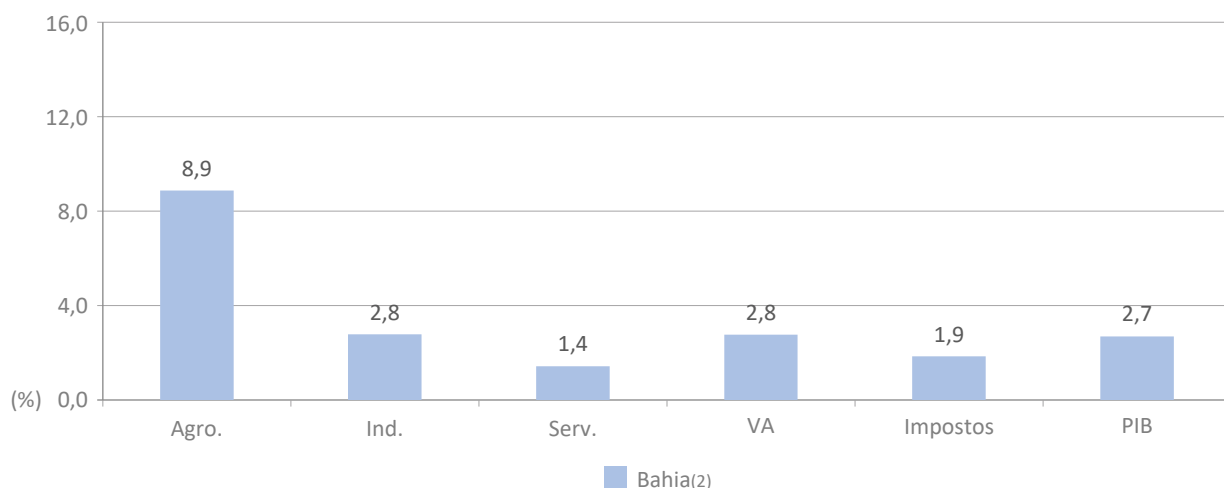
(2) Dados sujeitos a retificação.

¹ Engloba as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; serviços domésticos.

1º semestre 2025 / 1º semestre 2024

No acumulado de janeiro a junho de 2025, o PIB estadual cresceu 2,7% frente ao mesmo período de 2024. O Valor Adicionado avançou 2,8% e os impostos sobre produtos líquidos de subsídios aumentaram 1,9%. Entre os setores, a agropecuária teve expansão de 8,9%, a indústria cresceu 2,8% e os serviços 1,4% (Gráfico 4). Os principais destaques foram os bons resultados da *agricultura* e da *pecuária*, além do avanço da *indústria de transformação*, da *construção* e das *atividades imobiliárias*.

Gráfico 4
Variação dos setores do Produto Interno Bruto
Bahia – 1º sem. 2025(1)



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

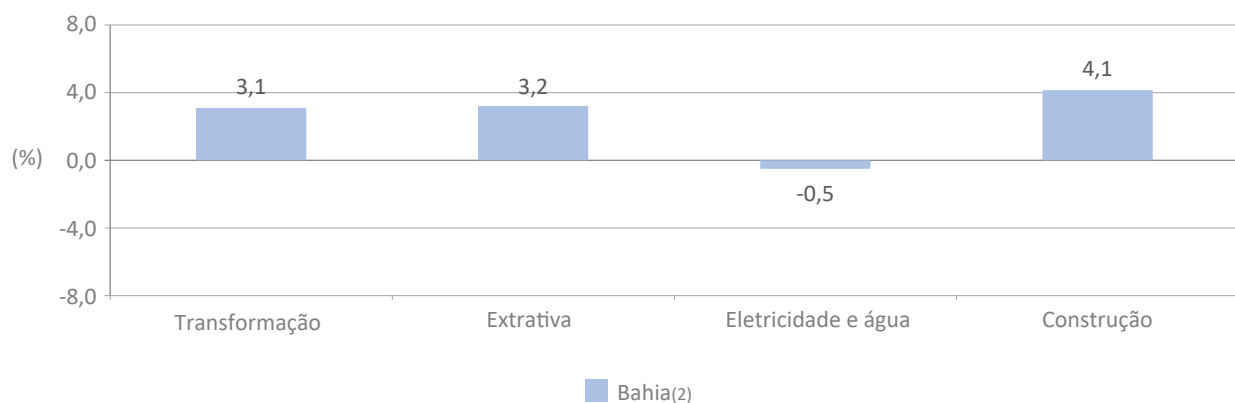
(2) Dados sujeitos a retificação.

Na agropecuária, o VA cresceu 8,9% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE, 2025), esse resultado foi impulsionado pela maior produção física das principais lavouras. A safra baiana está estimada em 12,8 milhões de toneladas, reflexo da ampliação das áreas plantadas e colhidas de grãos. O destaque é a soja, com estimativa de 8,61 milhões de toneladas, além das expectativas positivas para milho, algodão, mandioca e café. Em contrapartida, a cana-de-açúcar recuou e o feijão apresentou queda expressiva em relação à safra de 2024.

A indústria expandiu-se 2,8% no semestre, com crescimento em três das quatro atividades: *Transformação* (+3,1%), *Extrativa* (+3,2%) e *Construção* (+4,1%). Apenas *Eletricidade e água* tiveram desempenho negativo. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE, 2025), o avanço da indústria resultou, sobretudo, do crescimento da produção em *Derivados de*

petróleo, Máquinas e equipamentos elétricos, metalurgia e Produtos de minerais não metálicos. O segmento de *Derivados de petróleo* foi o principal responsável pelo resultado positivo, impulsionado pelo aumento na produção de gasolina e óleo combustível. Em contrapartida, registraram retração os segmentos de *Produtos químicos, Alimentícios, Couro e calçados, Celulose e papel, Produtos de borracha e plástico, além de bebidas.*

Gráfico 5
Variação das atividades da Indústria
Bahia – 1º sem. 2025(1)



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

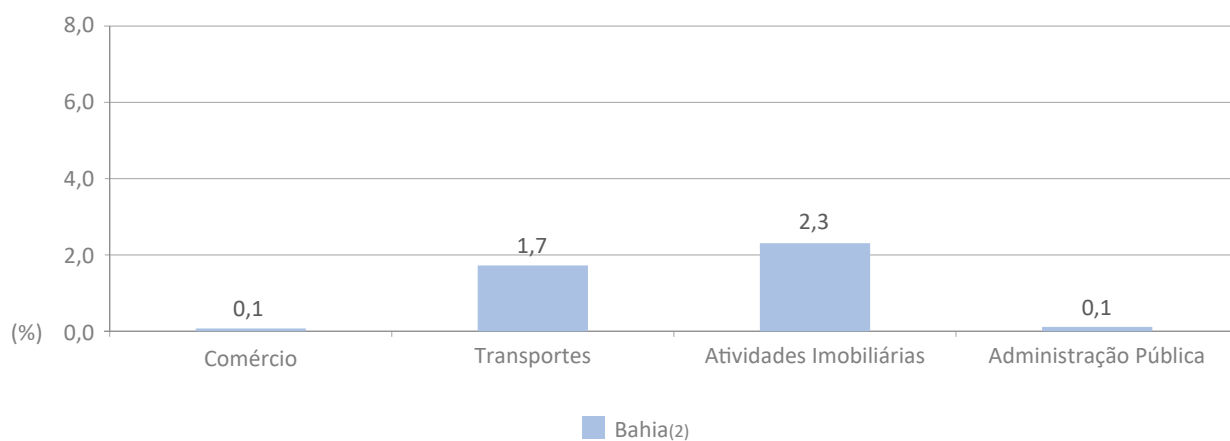
Notas: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) Dados sujeitos a retificação.

Nos serviços, o valor adicionado registrou crescimento de 1,4% no semestre, influenciado principalmente pelas *Atividades imobiliárias* (+2,3%) e pelos *Transportes* (+1,7%). O *Comércio* e a *Administração pública* mantiveram-se praticamente estáveis (+0,1%), enquanto o agrupamento de *Outros serviços* também apresentou variação positiva.

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE, 2025), o resultado do varejo ampliado foi impactado negativamente pelo desempenho *do Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* e de *Materiais de construção*. Em sentido oposto, tiveram resultados positivos as vendas de *Veículos, motocicletas, partes e peças, de Hipermercados e supermercados, móveis e eletrodomésticos*, além de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria*.

Gráfico 6
Variação das atividades de Serviços
Bahia – 1º sem. 2025(1)



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) Dados sujeitos a retificação.

MERCADO DE TRABALHO

Luiz Fernando Araújo Lobo
luizlobo@sei.ba.gov.br

A economia brasileira, pelo visto, começou a emitir sinais de alguma perda de dinamismo ao longo dos meses do segundo trimestre de 2025. Isso, todavia, não deve ser motivo para espanto, já que consumo, empréstimos, financiamentos e investimentos vêm sendo acorrentados há algum tempo no Brasil. O forte garrote monetário imposto à sociedade brasileira pelo Banco Central, através de uma elevada taxa básica de juros, hoje em incríveis 15,0%, parece estar surtindo efeito: desaquecendo a economia e, claro, a um custo muito alto, minando os ímpetus inflacionários. Nada disso, importante frisar, indica a proximidade de uma recessão, pois o que se vê pode não passar de um freio conjuntural. Nesse contexto, o mercado de trabalho, dada a resiliência que vem demonstrando, merece menção honrosa. Mesmo diante do cenário permeado por certos entraves, o mercado de trabalho continuou surpreendendo positivamente e, por conseguinte, se mantendo como peça importante para o movimento das engrenagens da atividade econômica.

Para os próximos meses, a princípio, há chances de materialização de um cenário econômico marcado por perda adicional de dinamismo, ou seja, é bem possível que os avanços se deem de forma relativamente mais comedida do que outrora. No âmbito do mercado de trabalho, a melhoria dos níveis de emprego e renda deve assumir um compasso relativamente mais lento, pois pode ser impactada por pelo menos três fatores de aspecto negativo: i) sazonalidade: o mercado de trabalho formal costuma perder força no segundo semestre por conta da sazonalidade de importantes setores da economia; ii) incerteza: o ambiente econômico ficou marcadamente mais instável, principalmente por causa da cena política internacional, que ficou ainda mais conturbada após a imposição de altas tarifas por parte dos Estados Unidos a muitos produtos brasileiros – prejudicando qualquer perspectiva de estabilidade e, conseqüentemente, afetando a tomada de decisão do empresariado brasileiro e baiano, principalmente no que diz respeito a contratações futuras; e iii) crescimento econômico menos vigoroso: há chances consideráveis de que tanto a economia brasileira quanto a economia baiana cresçam menos no segundo semestre, o que termina atrapalhando a geração de empregos, principalmente aqueles com carteira assinada. Enfim, vale destacar, apesar de tudo, a expectativa é de que a economia siga crescendo e o mercado de trabalho continue incorporando trabalhadores e gerando renda, mesmo que experimentando ritmo menos intenso.

A conjuntura do mercado de trabalho baiano foi aqui exposta tendo por base tanto os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, quanto os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sem se propor a uma análise de maior aprofundamento, o presente texto visa apresentar as principais informações do cenário recente do mercado de trabalho local, contrapondo tais estatísticas com as correspondentes séries históricas e com os indicadores das realidades nacional e regional quando se mostrar interessante.

De acordo com os dados do Caged, de abril a junho de 2025, o montante de empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho no estado aumentou, fruto da geração líquida de 35.229 postos. Ao fim do segundo trimestre de 2025, reforçado pelo saldo positivo ocorrido nesse intervalo, a Bahia passou a contar com 2.205.413 vínculos celetistas ativos, o que significou uma elevação de aproximadamente 3,16% sobre o quantitativo de 2.137.880 empregos computados no início do ano (estoque de referência). Dessa forma, ao término do referido trimestre, a Bahia concentrava 27,20% e 4,55% do total de empregos com carteira assinada existente na região nordestina e no país, respectivamente – mantendo-se, assim, com o maior volume de vínculos formais do Nordeste e o sétimo maior montante entre as 27 unidades federativas.

Sob o olhar dos resultados mensais, a dinâmica com mais admissões do que desligamentos foi apurada em cada um dos meses do segundo trimestre de 2025 na Bahia. O mês de abril foi o de maior geração no intervalo, com 14.259 novas vagas – aliás, segundo melhor resultado mensal do ano. Os meses de maio e junho testemunharam excedentes menos destacados, com 12.986 e 7.984 novos postos, respectivamente. Apesar de positivos, os saldos se mostraram decrescentes ao longo dos meses do referido trimestre – diferentemente do que foi visto no conjunto dos mesmos meses do ano passado, quando os resultados não estabeleceram um padrão. Entretanto, vale salientar, entre os referidos meses, apenas um deles evidenciou apuração inferior ao de um ano atrás, junho no caso.

Em contraponto aos resultados dos intervalos de referência, a geração de 35.229 postos no segundo trimestre de 2025 em território baiano permitiu constatações semelhantes. No comparativo com o primeiro trimestre deste ano, período com surgimento líquido de 32.304 vagas, a apuração recente dos dados indicou evolução, já que mostrou um saldo maior do que o de janeiro a março deste ano. Quanto ao mesmo trimestre de um ano antes, o dado atual também se revelou mais favorável, visto que a ocupação com carteira assinada havia incorporado 30.056 vínculos no segundo trimestre de 2024. Mais além, o número de novos postos abertos recentemente amparou o maior saldo para um segundo trimestre no estado desde o verificado no ano de 2022 (+47.211 empregos formais), patenteando uma realidade mais consolidada agora do que no mesmo período dos dois anos imediatamente anteriores. Assim, ao mostrar um fortalecimento no ritmo da geração de postos no confronto anual, o resultado trimestral mais recente ajuda a alimentar as esperanças de que a absorção líquida de trabalhadores pelo polo protetivo daqui para frente poderá se manter relevante.

O saldo de empregos com registro em carteira também foi positivo para o país como um todo no agregado dos meses de abril a junho de 2025, com 557.585 vínculos a mais. Ademais, todas as regiões ampliaram o número de postos de trabalho no período. Em termos absolutos, o Sudeste (+271.422 vagas) evidenciou o melhor desempenho e o Norte (+36.737 postos) exibiu o cenário menos favorável. Das unidades da Federação, houve surgimento líquido em todas elas no trimestre. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo líquido de 35.229 oportunidades ocupacionais, ficou na quarta posição, três colocações acima da verificada no intervalo imediatamente anterior. Entre os estados nordestinos, a Bahia evidenciou o melhor resultado absoluto, enquanto Pernambuco (+22.852 postos) e Alagoas (+3.140 vagas) exibiram o segundo maior e o menor saldo regional no trimestre analisado, respectivamente.

O crescimento de empregos com carteira assinada na Bahia, no segundo trimestre de 2025, alcançou todos os cinco grandes estratos setoriais. O setor de *Serviços* se destacou com o desempenho mais proeminente, com a contratação líquida de 16.719 trabalhadores no período. O setor de *Indústria geral*, com 6.824 novos contratos, também indicou um saldo relativamente relevante, evidenciando o segundo melhor resultado entre as atividades. Em seguida, com dados positivos menos protuberantes, vieram o *Comércio* (+4.845 vínculos), a *Construção* (+3.754 empregos) e a *Agropecuária* (+3.090 vagas). Assim, portanto, nenhum grupamento econômico registrou um número maior de fechamentos do que de aberturas de postos no citado intervalo no estado.

De acordo com o levantamento da PNADC, na Bahia, a taxa trimestral de desocupação ficou em 9,1% no segundo trimestre de 2025. Trata-se do menor índice em toda a série, empatando com aquele observado no quarto trimestre de 2013. Do primeiro ao segundo trimestre deste ano, a taxa de desocupação decresceu, pois passou de 11,1% para 9,1%, respectivamente – indicando um recuo de 2,0 pontos percentuais na margem. Em relação ao mesmo conjunto de meses de 2024, quando o indicador havia sido estimado em 11,0%, também houve decréscimo, com a taxa mais recente ficando 1,9 ponto percentual abaixo.

Assim, após um repique no início de 2025, que não chega a ser surpresa, já que reflete um comportamento próprio do mercado de trabalho baiano em início de ano (em parte, associado a fatores sazonais), a taxa trimestral de desocupação no estado voltou a cair (e de forma significativa) – registrando, dessa forma, uma queda após dois aumentos consecutivos em bases trimestrais. Diante dessa oscilação para baixo, a estimativa trimestral mais recente do desemprego na Bahia (9,1%) se igualou ao menor patamar já registrado na sequência, fato ocorrido no quarto trimestre de 2013 – lembrando que seu maior valor histórico se deu no primeiro trimestre de 2021, quando atingiu 21,7% da força de trabalho local.

No Brasil e no Nordeste, no segundo trimestre do ano, as taxas observadas para a desocupação foram de 5,8% e 8,2%, respectivamente – percentuais, portanto, abaixo do calculado para o território baiano (9,1%). Em território brasileiro, o recuo foi generalizado: além da Bahia, todas as outras 26 unidades da Federação também apresentaram retração da taxa trimestral de desocupação do primeiro para o segundo trimestre deste ano (independentemente da significância estatística da oscilação). Com diminuição de 2,0 pontos percentuais, a Bahia exibiu a terceira maior queda absoluta do país. Assim, mesmo diante do encolhimento recente da taxa de desocupação, a Bahia continuou a exibir a segunda estimativa mais elevada entre as unidades federativas (atrás de Pernambuco, com 10,4%). Na outra ponta, Santa Catarina (2,2%) apresentou a menor taxa entre as unidades federativas. Em terras baianas, portanto, a situação se traduziu em um percentual de mais de quatro vezes o observado em território catarinense.

No intervalo em análise, relativamente ao trimestre adjacente anterior, o mercado de trabalho baiano experimentou crescimento na ocupação (+3,4% ou mais 214 mil ocupados) e redução na desocupação (-16,5% ou menos 128 mil desocupados) – assim, a ocupação aumentou após ter recuado, enquanto a desocupação diminuiu depois de duas altas em sequência. Dessa forma, em relação ao intervalo antecedente, a expansão da ocupação combinada com a queda do número de desocupados desembocou num encolhimento da taxa de desocupação no estado. O movimento descendente da taxa de desemprego nessa base comparativa, portanto, esteve atrelado tanto ao aumento do número de pessoas trabalhando quanto ao recuo do total de indivíduos sem trabalho e que estavam procurando por um. No comparativo interanual, também houve incremento de pessoas trabalhando (+6,7% ou mais 406 mil ocupados) e diminuição de pessoas procurando por trabalho sem conseguir (-13,5% ou menos 101 mil desocupados).

O contingente de ocupados no conjunto dos meses de abril a junho de 2025, na Bahia, com 6,458 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade, reforçado pelo acréscimo na margem, revelou-se o maior da história – renovando, assim, o auge atingido recentemente, quando contabilizou 6,401 milhões de ocupados no último trimestre de 2024. Além disso, o montante atual de ocupados se situa muito acima do menor valor da série, de 4,770 milhões de indivíduos no segundo trimestre de 2020 (quando da eclosão da crise da pandemia de covid-19).

A população desocupada, composta por 648 mil indivíduos, diante do recuo na margem, mostrou-se como o segundo menor montante da série – já tendo sido, entretanto, de 622 mil indivíduos no trimestre de encerramento do ano de 2013, melhor marca da história. Do mais, relevante recordar, o maior quantitativo de desocupados foi de 1,406 milhão de indivíduos no período inaugural do ano de 2021. Além do mais, para um segundo trimestre, trata-se

do menor quantitativo de pessoas sem trabalho e que estavam procurando por um trabalho desde o início da sequência histórica.

Por fim, após ter aumentado, o número de pessoas fora da força de trabalho na Bahia diminuiu na margem (-1,1% ou menos 57 mil indivíduos do primeiro ao segundo trimestre deste ano), indo a 5,103 milhões – configurando-se ainda como o 13º maior registro da sequência. Mesmo diante dessa oscilação favorável, tal quantitativo mantém o alerta, já que se encontra num patamar maior do que qualquer outro observado antes da pandemia, acumulando assim potencial para repercutir negativamente na desocupação, caso o desempenho econômico futuro não seja suficiente para incorporar aqueles que porventura voltem a pressionar o mercado de trabalho em busca de ocupação. Em um ano, o movimento também foi de queda (-2,8% ou menos 149 mil indivíduos), voltando a encolher após ter majorado em bases anuais.

Na Bahia, no trimestre mais recente, comparativamente ao imediatamente anterior, após ter diminuído, o número de informais cresceu. O quantitativo de formais também aumentou após ter encolhido. O incremento do montante de informais (mais 99 mil pessoas), entretanto, foi de magnitude menor do que o aumento da ocupação na formalidade (mais 118 mil pessoas). Ou seja, do primeiro ao segundo trimestre deste ano, a expansão da ocupação no estado se deu principalmente pelo canal da formalidade – o que acarretou uma leve redução do grau de informalidade na margem. Assim, reforçado por esse contexto de incorporação de trabalhadores especialmente ao polo protetivo, a ampliação geral da ocupação terminou assumindo um caráter mais benigno, já que favoreceu mais o estrato do mercado de trabalho que tende a ter empregos de maior qualidade e mais garantias. Por fim, o período de abril a junho de 2025 contabilizou 3,376 milhões de ocupados na informalidade e 3,084 milhões na formalidade. O grau de informalidade no mercado de trabalho baiano, dessa forma, ficou em 52,3% (ante 52,5% no primeiro trimestre do ano), o terceiro maior do país. No Brasil como um todo, 37,8% das pessoas ocupadas se encontravam na informalidade, nesse mesmo período.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2025, na Bahia, foi estimado em R\$ 2.199,00, o décimo maior da série – mas o segundo mais baixo entre as unidades federativas (semelhantemente ao constatado no trimestre antecedente), acima apenas ao do Maranhão, estimado em R\$ 2.171,00. Além do mais, o rendimento médio baiano se mostrou equivalente a 63,2% e a 91,5% dos rendimentos médio brasileiro e nordestino, que foram de R\$ 3.477,00 e de R\$ 2.404,00 no referido trimestre, respectivamente. Em relação ao mesmo intervalo de 2024, quando estava em R\$ 2.284,00, houve queda de 3,7% (ou seja, menos R\$ 85) – a primeira retração após dez expansões seguidas nessa base de comparação. Num comparativo com

o trimestre imediatamente anterior, quando o valor estava em R\$ 2.226,00 ocorreu uma variação negativa de 1,2% (menos R\$ 27,00), queda após duas altas em sequência.

A massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 13,944 bilhões no estado, o maior montante desde o início da série histórica – significando uma elevação de 1,9% frente ao do primeiro trimestre de 2025, de R\$ 13,679 bilhões, e uma alta de 2,9% num comparativo com o total do mesmo período do ano de 2024, cujo valor havia sido de R\$ 13,546 bilhões. A Bahia, assim, no segundo trimestre do ano, concentrou 4,0% e 25,6% de toda a massa de rendimento do país e da região nordestina, respectivamente. A ampliação da massa de rendimento real em relação ao trimestre imediatamente antecedente se deu pela terceira vez consecutiva, tendo ocorrido exclusivamente por conta do crescimento da população ocupada, já que o rendimento médio real encolheu nessa base de comparação. No comparativo interanual, por sua vez, a ampliação recente significou a 15ª expansão consecutiva, isso depois de um período com seis quedas em sequência – a alta aqui também decorreu unicamente do aumento da ocupação, visto que o rendimento médio real de todos os trabalhos recuou.